

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação
Departamento de Educação/Campus I
Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
- GESTEC



ELANO SANTOS SILVA

**VIOLÊNCIA NA ESCOLA E AS AÇÕES PÚBLICAS PARA A
SUA REDUÇÃO EM PORTO SEGURO-BA.**

Salvador – BA
Fevereiro/2017



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação
Departamento de Educação/Campus I
Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à
Educação – GESTEC



ELANO SANTOS SILVA

**VIOLÊNCIA NA ESCOLA E AS AÇÕES PÚBLICAS PARA A
SUA REDUÇÃO EM PORTO SEGURO–BA.**

Dissertação de Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação GESTEC – Mestrado Profissional, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Celeste Maria Pacheco de Andrade.

Salvador - BA
Fevereiro/2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Silva, Elano Santos

Violência na escola e as ações públicas para a sua redução em Porto Seguro -BA / Elano Santos Silva.
– Salvador, 2017.

82f.

Orientadora: Celeste Maria Pacheco de Andrade.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Campus I.

Contém referências e apêndices.

1. Violência na escola - Porto Seguro (BA). 2. Vandalismo na escola - Bahia. 3. Agressividade (Psicologia) em crianças. I. Andrade, Celeste Maria Pacheco de. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

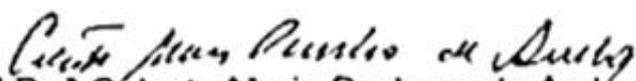
CDD: 371.78098142

FOLHA DE APROVAÇÃO

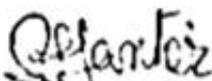
VIOLÊNCIA NA ESCOLA E AS AÇÕES PÚBLICAS PARA A SUA REDUÇÃO EM PORTO SEGURO - BA

ELANO SANTOS SILVA

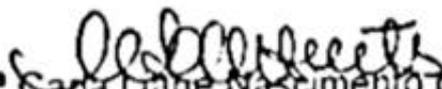
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 13 de fevereiro de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



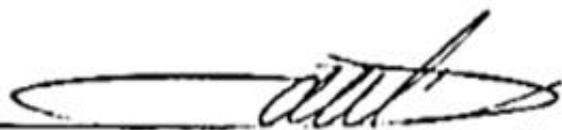
Prof.ª Dr.ª Celeste Maria Pacheco de Andrade
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em História
Universidade Pontifícia Católica de São Paulo – PUC/SP



Prof.ª Dr.ª Patrícia Lessa Santos Costa
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Prof.ª Dr.ª Sara Liane Nascimento dos Santos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Doutorado em Sociologia
Universidade de São Paulo - USP

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que sempre emanam ternura e vigor em seus ensinamentos de erguermos um amanhã que se faz no hoje.

Aos atores participantes deste estudo, em especial a comunidade escolar do Colégio Municipal Álvaro Henrique dos Santos, por ceder sua essência para construção deste trabalho.

Aos meus familiares, pelo carinho e confiança.

À minha esposa, por ser paciente todos os momentos e por me fazer acreditar que as coisas são possíveis.

Aos amigos pelo afeto e lealdade, assim como os irmãos da caserna pelos infinitos aprendizados de valor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus orixás pela eterna vigilância e fortalecimento.

Aos meus pais Edvalda e Crispim, pela ternura e vigor nos compassos de se fazer caráter.

Aos meus inumeráveis, porém inesquecíveis professores da escola e da vida.

À minha Orientadora Prof.^a Celeste Pacheco, por ter acreditado e me incentivado na elaboração deste trabalho.

Ao Professor Paulo Cesar Pontes Fraga, por ter despertado os primeiros passos acadêmicos no desafio de tecer um olhar crítico e colaborativo sob o mundo sistematizado.

Ao Professor Geovani de Jesus Silva, pelos incentivos fundamentais na caminhada pelos labirintos do saber e pela sua referência profissional e de ser humano.

À família Almeida e Belém, pelas calorosas acolhidas em seu lar, algo de suma importância para a culminância deste momento.

À minha Tia Marilene e familiares pelo amor fraterno, apoio e atenção dedicada.

A todos os docentes, servidores e colegas do GESTEC, pelos ensinamentos, pela disposição em ajudar, e pelos momentos que passamos juntos.

Aos meus amigos, pelo apoio de sempre.

*Sonho que se sonha só é uma ilusão
Mas sonho que se sonha junto é realidade.
Raul Seixas.*

RESUMO

A presente dissertação permeia o campo das investigações sobre violência escolar no Brasil, precisamente na Bahia e, em particular, na cidade de Porto Seguro. Tendo por base conceitual a classificação das práticas de violência, a partir do referencial teórico de Bernard Charlot (2002) que classifica os tipos de violência escolar em: *violência na escola*, *violência da escola* e *violência à escola*. O estudo investiga o fenômeno da violência manifestada entre os sujeitos que compõem o universo da escola, destacando-se aqui: alunos e professores. Seu objetivo geral consiste em perceber as possíveis causas da violência escolar por meio dos atores que circunscrevem tal espaço, bem como as notadas ações para redução dessa realidade. O campo da pesquisa compreende as expressões de violência vivenciada em uma escola pública do município baiano selecionado. Além de pesquisa bibliográfica foram empregadas outras metodologias diferenciadas, de cunho qualitativo e quantitativo, entre o período de setembro/2016 a dezembro/2016. Sendo realizado um survey com questões fechadas para 68 alunos dispostos em duas turmas do oitavo ano de períodos distintos. Posteriormente foram realizados grupos focais com estudantes e docentes, além de entrevistas semiestruturadas com representantes de instituições públicas. Por fim, apesar das dificuldades e contratempos, a pesquisa apresenta enquanto produto a realização de um seminário temático destinado aos atores envolvidos e à escola participante para apreciação de resultados sobre as representações subjetivas que surgiram, as ricas narrativas dos alunos e professores, as valorosas entrevistas com segmentos do poder público e, atrelado à exposição, o fomento de estruturação de comitê gestor para ações voltadas ao enfrentamento e à prevenção da violência no ambiente escolar.

Palavras-chave: Violência escolar; Políticas Públicas; Educação Básica; Porto Seguro–BA.

ABSTRACT

This report corresponds to the final version of the study that pervades the field of investigations on school violence in Brazil, specifically in Bahia and, in particular, in the City of Porto Seguro. Based on the conceptual basis of the classification of violence practices, based on the theoretical reference of Bernard Charlot (2002), which classifies types of school violence in: school violence, school violence and violence at school. The study investigates the phenomenon of violence, manifested among the subjects that compose the universe of the school, highlighting here: students and teachers. Its general objective is to perceive the possible causes of school violence through the actors that circumscribe such space, as well as the noted actions to reduce this reality. The field of research comprises the expressions of violence experienced in a public school in the selected Bahia municipality. In addition to bibliographical research, other qualitative and quantitative methodologies were used, from September/2016 to December/2016. Being realized; a survey with closed questions for 68 students arranged in two classes of the eighth year of different periods. Subsequently, focus groups were held with students and teachers. In addition to semi-structured interviews with representatives of public institutions. Finally, the research presents as a product the holding of a thematic seminar on the results achieved, aimed at the actors involved and the participating school.

Keywords: School violence; Public policy; Basic education; Porto Seguro–BA.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pergunta nº 1 questionário- alunos sobre gênero	39
Tabela 2 - Pergunta nº 2 questionários- alunos sobre a família	41
Tabela 3 - Pergunta nº 3 questionários- alunos sobre a escola	44
Tabela 4 - Pergunta nº 4 questionários- alunos sobre a escola	45
Tabela 5 - Pergunta nº 5 do questionário- alunos sobre a escola	46
Tabela 6 - Pergunta nº 6 questionários- alunos sobre violência escolar	48
Tabela 7 - Pergunta nº 7 questionários- alunos sobre violência escolar	49
Tabela 8 - Pergunta nº 8 questionários- alunos sobre violência escolar	50
Tabela 9 - Pergunta nº 9 questionários- alunos sobre violência escolar	51
Tabela 10 - Pergunta nº 10 questionários- alunos sobre violência escolar	51
Tabela 11- Pergunta nº 11 questionários- alunos sobre violência escolar	51
Tabela 12 - Pergunta nº 12 questionário- alunos sobre violência escolar	52
Tabela 13 - Pergunta nº 13 questionários- alunos sobre violência escolar	53
Tabela 14 - Pergunta nº 14 do questionário- alunos sobre violência escolar	54
Tabela 15 - Pergunta nº 15 questionários- alunos sobre violência escolar	55
Tabela 16 - Pergunta nº 16 questionários- alunos sobre violência escolar	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DESENVOLVIMENTO	13
2.1 A ESCOLA E A VIOLÊNCIA	15
2.2 A CIDADE DE PORTO SEGURO E A VIOLÊNCIA	21
2.3 ENTORNOS E CONTORNOS DE UMA UNIDADE DE ENSINO	27
2.4 METODOLOGIA	29
2.4.1 Desenho do Estudo	31
2.4.2 Sujeitos da Pesquisa	34
2.4.3 Procedimentos de Coleta de Dados	35
2.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
2.5.1 Percepção de Participantes de Grupo Focal	42
2.5.2 Percepção de Representantes institucionais	63
2.6 PRODUTO DA PESQUISA	67
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	69
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A: Questionários aplicados aos alunos	76
APÊNDICE B: Roteiro de entrevista realizada com alunos em Grupo Focal	79
APÊNDICE C: Roteiro de entrevista realizada com docentes em Grupo Focal	80
APÊNDICE D: I Roteiro de entrevista realizada com representante institucional.....	81
APÊNDICE E: II Roteiro de entrevista realizada com representante institucional.....	82

1. INTRODUÇÃO

Destaca-se que a motivação pelo tema da violência escolar surge de experiências acadêmicas, entre os anos de 2009 a 2010, enquanto bolsista do Programa de Iniciação Científica na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – BA, quando cursava Licenciatura em Filosofia e participava do desenvolvimento de uma pesquisa, coordenada pelo Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga, intitulada: **Violência nas escolas do sul da Bahia: experiência social dos atores e políticas sociais em escolas públicas de Itabuna**¹. O envolvimento com a pesquisa possibilitou, assim, uma compreensão de que a escola tem sido acuada por um número acentuadíssimo de práticas violentas. Contudo, procura insistentemente, respostas mediante políticas educacionais vigentes para contrapor às recorrentes formas de violência que vêm ocorrendo em seu interior.

Cabe frisar também que a presente ideia ganha contornos com minha atuação na **Base Comunitária de Segurança**², localizada no município de Porto Seguro–BA, na condição de Policial Militar e integrante da equipe de ações voltadas para as atividades de projetos comunitários, especificamente o serviço de ronda escolar (atividade ostensiva e cotidiana da Polícia Militar da Bahia voltada para ações estratégicas destinadas ao enfrentamento e à prevenção de atos violentos na escola). A partir dessa experiência que ocorria por meio de encontros e rodas de diálogos promovidas com gestores, atores sociais, professores, alunos e pais nas unidades de ensino da Educação Básica pude perceber a necessidade de

¹ Em síntese a pesquisa apontou um montante de 260 registros a partir das análises feita nos livros de ocorrência das escolas selecionadas e 120 representações no que diz respeito à violência no ambiente escolar, localizadas na Promotoria da Infância e da Juventude da Comarca de Itabuna - BA, referente aos mesmos registros (somando quase 50% dos casos elencados nas unidades de ensino) e que por sua vez tinham sido encaminhadas para o Juizado da Infância e da Adolescência, sinalizando medida socioeducativa conforme a Lei nº 8069/90 - E.C.A. (Estatuto da Criança e do Adolescente) de meio-aberto/semiaberto em virtude da natureza do ato infracional. Contrapondo este quadro identificamos políticas institucionais ainda tímidas, mas também verificamos que tal problemática vem sendo tratada pelos órgãos da educação e pelo poder judiciário de Itabuna-BA com responsabilidade e compromisso por meio de ações voltadas ao enfrentamento e à prevenção desse fenômeno, tratando-o não apenas como uma questão de segurança pública, mas, sim, enquanto nuance que convoca toda sociedade para um debate conjunto acerca de uma escola que tem sido arrebatada constantemente pela violência.

² Uma ação do **Programa Federal Pacto Pela Vida**, estando vinculada ao 8º Batalhão da Polícia Militar e à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, instalada em região de vulnerabilidade social da cidade de Porto Seguro – BA, abrange em seu perímetro aproximadamente 35 mil habitantes. Tendo por objetivo minimizar índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – homicídio doloso, lesão corporal e roubo seguido de morte; e Crimes Violentos contra Patrimônio (CVP). Além de estimular a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando sua integração com a comunidade local.

refletirmos com mais profundidade e rigor acerca dos latentes contextos que ali se apresentavam no tocante à violência escolar.

Vale destacar que, enquanto fenômeno, a violência escolar só muito recentemente tem recebido atenção de pesquisadores em investigações científicas e, conseqüentemente, a realização de estudos sobre a temática passou a ganhar impulsos em distintos ramos do conhecimento.

A realidade da violência no ambiente escolar vem sendo colocada em debate, seja na mídia, no seio social ou nos estabelecimentos de educação e tornou-se objeto de pesquisa cuja principal dificuldade provavelmente esteja em como abordá-la; uma das questões metodológicas que mais se destaca talvez seja justamente o alcance da definição do que deve ser considerado violência no contexto da escola contemporânea.

De modo geral percebe-se o problema da violência no eixo de tensão entre indivíduo x sociedade, portanto tentar identificar essas fontes de tensão é uma possibilidade colocada por Charlot (2002, p.39) como um caminho para lidar com a violência escolar. Considera-se, então, o quão complexa é a questão e imperiosa a necessidade de investigá-la por meio de instrumentos teóricos e metodológicos, sendo a escola relevante cenário e campo de estudo com especial contribuição.

Nota-se que os cenários da violência escolar perpetrada em inúmeras escolas vêm exigindo intervenções que contraponham seus efeitos e conseqüências, noticiadas pelos meios midiáticos quase que cotidianamente, tais como: ofensas verbais, estupros, agressões com armas, bullying, racismo, danos ao patrimônio e até mesmo homicídios. Entendendo-se ainda que na maioria das vezes tais fatos nos dão a impressão de que não há mais limite algum e que, daqui por diante, tudo pode acontecer no ambiente escolar, algo que, nas palavras do autor francês Bernard Charlot (2002, p. 25), “contribui para produzir o que se poderia chamar de uma angústia social face à violência na escola”.

Delineia-se aqui uma busca pelo entendimento da problemática face à rede educacional da cidade de Porto Seguro–BA, uma vez que tal localidade apresenta-se como um dos municípios mais violentos do país, conforme descrição de pesquisas aqui citadas, fato que nos leva a suscitar se tal realidade envolve a escola ou acomete os objetivos educacionais inerentes à função social da mesma.

Para alcance de percurso investigativo realizou-se a verificação da experiência de violência escolar vivenciada por diferenciados atores sociais em uma

escola no município de Porto Seguro–BA, abrangendo duas turmas de estudantes do ensino fundamental II (8º ano). Foram feitas análises acerca do entendimento da relação entre práticas consideradas violentas no cotidiano da escola e os potenciais elementos internos e externos para tal quadro, sendo também estabelecidos outros procedimentos metodológicos específicos para desenvolvimento da referida pesquisa.

2. DESENVOLVIMENTO

Cabe antes de tudo, lembrarmos que ao longo da História inúmeros fenômenos sociais contribuíram para modificar a natureza do Estado Capitalista que se manifestava como algo fortemente excludente e coercitivo, que sem deixar de ser Capitalista passa a assumir novas características, pois se vê obrigado a fazê-lo em razão de lutas e conquistas dos cidadãos, algo que culminou com a incorporação de sólidos direitos sociais. E foi por essa correlação de forças entre distintos grupos sociais que se concretizam os “direitos” que viriam a tornarem-se os conhecidos direitos positivos, assegurados legalmente em nossa Constituição Federal.

Por sua vez o Estado, em razão das demandas e exigências da sociedade passa a entender cidadania como algo essencial, enxergando-a como aquilo que determina a sua qualidade e que sem ela restaria apenas a marca de um Estado que ao invés de redistribuir renda e formular políticas, as concentra; em vez de equalizar oportunidades, fábrica miséria, explorando propostas curativas, quiçá seja um raciocínio errôneo, mas pode-se notar que a exclusão perpetua-se e atinge não só vertentes relacionadas à economia e à política, mas afeta as formas de sociabilidade, pois em outras palavras:

Vivemos a sociedade de mercado, que permanentemente constrói uma mentalidade utilitária, reforçando o individualismo e a ideia (sic) de que cada um é 'livre' para assumir os riscos, as opções e responsabilidade em uma sociedade de desiguais (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

A contemporaneidade nos apresenta inquietações cada dia mais complexas à medida que o ritmo se estabelece aceleradamente. Tais nuances derivam do latente contexto social, com destaque para os descomunais níveis de criminalidade que envolvem diretamente o público infanto-juvenil do nosso país, e vêm crescendo ao longo do tempo, assim, passando por modificações, portanto podemos observar

tentativas de reestruturações do seu conceito ideológico e de suas vastas alterações conceituais.

Contudo, sabe-se que a etimologia da palavra violência advém do latim, em que *vis* quer dizer força. O grego e o latim se ajustaram e afirmam que violência é *vita*, ou seja, definida como vida, aparenta ser contraditório, mas tal entendimento existe. Entretanto, estudos sobre a temática da violência e suas diferenciadas manifestações (física, psicológica, simbólica, institucional, multifacetada, entre outras), envolvem também atores distintos da comunidade escolar, sejam como perpetradores ou como vítimas algo que por sua dinâmica nos exige respostas peculiares nas suas diferentes dimensões.

Embora exista certa fragilidade teórica de identificação da violência escolar, Charlot (2002) nos diz que se pode mapear mais claramente as múltiplas fontes de tensão e assim suas faces ficam mais nítidas a partir de um esgarçamento de suas manifestações, assim como a classificação de suas expressões sociais, institucionais, relacionais e pedagógicas que ali confluem. Contrapondo o referente norte, não podemos perder de vista que em outras palavras e reforçando tal reflexão podemos afirmar também que:

Mesmo dentre os mais referenciados nomes no debate em torno da violência na escola (Debarbieux, 2002; Charlot, 2002; Dubet, 2006), não há uma consonância ao propor este conceito homogêneo. Dentre os pesquisadores, há os que considerem o termo “violência” pejorativo demais para representar questões relacionadas ao ambiente escolar. O autor Derbadieux considera que uma das dificuldades mais recorrentes é definir, cientificamente, o objeto ou sujeito a ser estudado. Portanto, a violência na escola é um objeto de estudo em permanente construção. Uma demonstração disso está no fato de que o foco de análise do fenômeno ao longo dos anos foi se configurando de maneira diferenciada (FRAGA, 2016, p.9).

Todavia, conforme o exposto, podemos aqui cunhar a seguinte indagação: a Escola estaria se mantendo indiferente a esse movimento no seu interior? Por outro lado, sabe-se que a escola tem sofrido com a falta de reflexão sobre o tema, pois, em se tratando de violência, não podemos esperar resoluções por uma única frente, mas, sim, por diversos segmentos e áreas do saber articulados em rede. Mas, para isso, torna-se urgente que ela se abra à discussão sem limites de dimensões que poderão se confrontar, como muito bem nos afirma o pensamento abaixo:

[...] o enfretamento da violência é responsabilidade de todos, a corresponsabilidade da escola e dos educadores é elemento essencial no processo de luta para uma geração apta ao convívio democrático de fato e de direito (FRAGA, 2002, p.25).

Nesse íterim, o resgate dos conhecimentos acumulados de uma nova concepção de escola que possa garantir uma efetiva conquista da cidadania e dos direitos de seus alunos, apresenta-se enquanto preocupação dos profissionais da educação, devido à necessidade do alavanque de revitalização sociopolítica que a escola se esforça para implementar.

Sendo, portanto, fulcral a sistematização de um pensamento que se dirija a uma dinamização de investigações, de modo a instigar uma análise do quadro da violência escolar no mundo contemporâneo, como muito bem nos assegura o autor abaixo:

[...] a violência configura-se como uma das grandes preocupações da sociedade brasileira e de diversos países, nos cabe entendê-la enquanto um fenômeno dinâmico-estrutural, devido à natureza pluricausal, síntese de problemas, com ramificações macrossociais, revelando a exacerbação das relações e o enraizamento nas consciências de uma prática social que se apresenta por que não dizer cotidianamente em inúmeras escolas (FRAGA, 2002, p.23).

De outro modo a escola em sua atuação social de caráter educativo deve evitar culpabilizações na direção do Estado, da família, de si mesma ou do aluno, tratando dessa dinâmica desde o interior das políticas públicas às ações de redução dessa realidade, pois as formas que lhe acometem são variadas: furtos, ameaças, brigas entre grupos, xingamentos, vandalismos e discriminações, bem como os atores envolvidos enquanto agressores e agredidos.

2.1 A ESCOLA E A VIOLÊNCIA

Na obra *“A escola, as drogas e a violência: experiência e representação”*, do renomado sociólogo brasileiro Prof.^o Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga, estudioso da temática aqui discutida, observa-se que os debates acadêmicos acerca de uma sociologia da violência escolar não são novos, pois foram propostos inicialmente por Durkheim (1922), que evidenciava a necessidade de uma disciplina na escola, visando a construção de uma personalidade social, na qual o indivíduo se submetesse às regras da moral e, então, a partir do primado do caráter institucional

da relação pedagógica, descobriu que a disciplina escolar é antagônica, sendo assimétrica em sua essência, bem como em relação à idade, à experiência e ao saber, para o autor a relação de desigualdade estrutural tornou-se característica das escolas modernas.

Em seus estudos a autora Marília Spósito (2002) revela que as abordagens acadêmicas sobre o fenômeno da violência escolar vêm ocorrendo recentemente no Brasil. Ainda que já seja verificável a preocupação de segmentos da sociedade, por volta da década de 80, quanto ao incremento de registros de ações atreladas ao fenômeno em suas múltiplas manifestações, percebe-se na correta afirmação que ficou restrita ao campo da segurança pública.

A violência escolar não se trata de fenômeno novo, pois é notadamente conhecido por meio das representações variadas na escola e descritas historicamente pelos elementos simbólicos, culturalmente legitimados por expressões educativas, a saber: palmatórias, ajoelhar-se sobre o milho, não permissão para ir ao banheiro, abusos verbais, rosto na parede como forma de castigo, dentre outros. Parafraseando Durkheim (2002), compreende-se a escola enquanto ambiente eclético e de dinamicidade cultural na composição social, um contexto também de conflitos permanentes que se manifestam no corpo das relações sociais. Logo, o caminho para a discussão das soluções perpassa pela consideração desses aspectos também.

A expressão da violência escolar na contemporaneidade começa a ganhar notoriedade a partir da década de 80 no que tange aos seus novos formatos, isso ocorre por meio de iniciativas dispersas do poder público relativo a depredações, furtos e atos de vandalismo (ABRAMOVAY, M. & RUAS, M.G., 2002). Nesse contexto, os protagonistas eram os próprios alunos, desconsiderando as demais expressões de violência do interior da escola, vale ressaltar ser emblemática a preocupação por parte do poder público na violência produzida pelos alunos e não da própria instituição, uma versão unilateral do problema, por isso comungamos com o que afirma Spósito:

A pressão da sociedade na exigência de uma tomada de atitude frente a essa realidade colocou o Poder Público no cumprimento de adoções de medidas, contudo, a experiência não foi considerada satisfatória, pelo seu caráter analisado como antidemocrático e de formulações de medidas pontuais e descontínuas, sem efeitos estruturantes (SPOSITO, 2002, p.178).

A violência no ambiente escolar, entretanto, não está restrita, apenas, a essas manifestações, além de ataques ao patrimônio, compreende, também, outras ações, como agressões de alunos a professores e funcionários e entre alunos. Sobretudo, o que mais se destaca nas pesquisas de vitimização com alunos é o fato da violência quase sempre estar voltada aos ataques às pessoas ou aos seus bens. Schilling (2004) corrobora tal pensamento nos apresentando que o sentimento de vitimização dos alunos compreende tanto os fatos ocorridos no ambiente escolar como o sentimento de insegurança do meio externo. Ainda nesse viés a pesquisadora Sposito nos complementa com o seguinte pensamento:

A recorrência dessas manifestações é ignorada pela escola, considerando a sua falta de preparo para buscar os mecanismos institucionais contra esses instrumentos violentos, ela se sente impotente, perdida diante do seu papel de promotora de socialização. O que se constitui nesse cenário é uma profunda crise da eficácia socializadora da educação nesse processo de transformação da sociedade brasileira (SPOSITO, 2002, p. 56).

Diante da dificuldade de definirmos violência escolar e para facilitar a compreensão da sua dinâmica é necessário estabelecer algumas distinções, que segundo Charlot estabelecem-se da seguinte maneira:

[...] violência na escola, violência à escola e a violência da escola, sendo que a primeira diz respeito aos fatores externos que atuam na escola, ou seja, é produzida dentro do espaço escolar, mas é oriunda da produção das relações localizadas externamente aos muros da instituição; a segunda é uma violência contra a instituição e a seus profissionais, está ligada à natureza e às atividades da instituição e por último, pode ser considerada por uma violência simbólica produzida pela instituição, pela hierarquia da organização escolar. A importância dessa distinção está na desativação dos mecanismos da violência e no processo de intervenção, quando se consegue identificar qual a maior incidência dessas manifestações sobre a instituição escolar (CHARLOT, 2002, p. 97).

Outra distinção teórica importante para a análise da problemática, elencada pelo mesmo autor, versa sobre o ponto de vista da violência, da transgressão e da incivilidade, torna-se significativa porque ao separarmos as categorias em questão, podemos diagnosticar tratamentos diferenciados com vistas aos processos interventivos. O termo violência diz respeito a agressão à lei, ou seja, ataque aos mecanismos jurídicos e penais, portanto inclui tráfico na escola, furtos, atos de vandalismo, violência sexual e assim por diante. Assim, um enfrentamento a ser tratado no âmbito da justiça e dos arranjos institucionais de controle sociais inaugurados para esse público infante-juvenil, promovidos pela Lei nº 8.069, de 13

de julho de 1990, estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Já o termo transgressão se reporta à natureza interna do estabelecimento, não tem caráter de ilegalidade como, por exemplo, a recusa de realização das atividades e trabalhos escolares ou o não cumprimento de normas da escola, um quadro que costuma ser resolvido na própria instituição, por intermédio de seus mecanismos de controle. Ora a incivilidade diz respeito a transgredir regras de boa convivência e de respeito ao outro (insultos, empurrões, palavrões) sendo algo que precede um tratamento educativo tanto na escola quanto na família.

Contudo, isso não significa que tais classificações se apliquem sempre de forma estanque, pois, segundo Charlot (2000), as definições podem vir mescladas e a excessiva expressão dessas transgressões e incivildades podem atacar direta ou indiretamente a identidade pessoal dos alunos ou profissional dos educadores, possivelmente o que acaba esgotando seus limites e transformando-se no fenômeno da violência por si só.

Uma vez que precisamos levar em consideração que a sociologia clássica representada por inúmeros autores traça o paralelismo do conceito da disciplina na modernidade marcado por duas frentes: por um lado, o disciplinamento das instituições sociais sustentadas pelos procedimentos econômicos, controlando as violências produzidas no interior da relação indivíduo e sociedade; os conflitos emergentes dessas relações para compor um corpo social harmonioso e obediente. Por outro lado, as consequências de uma sociedade chancelada por um controle absoluto, na qual as liberdades individuais sofrem uma redução significativa nas suas consciências.

Como bem já foi mencionado aqui, as sociedades contemporâneas vivenciaram experiências de uma sociedade disciplinar caracterizadas pelos totalitarismos, como exemplo, o uso exacerbado da disciplina, elencado por Weber (2000) como um tipo de disciplina social que vai sendo construído a partir do exército, isto é, de uma experiência militarizada. Foucault (1997), nesse sentido, se reporta aos novos espaços de exclusão ou de normalização de determinados comportamentos e de subjetividade a partir do disciplinamento das instituições sociais, como a escola, por exemplo. Tanto Weber quanto Foucault mostram que a disciplina é um tipo de poder voltado para o adestramento dos indivíduos.

Na França, a partir de pesquisas realizadas com escolas da periferia, Peralva (2000) destaca que houve um deslocamento na dinâmica do fenômeno da violência.

O debate iniciado a partir de 1990 era apresentado como um fenômeno externo à realidade escolar, advinda de uma minoria marginalizada, tornando a escola vítima reveladora de uma sociedade em crise. Contudo, ao longo da referida década esse deslocamento torna-se progressivo, acentuando a violência enquanto um fenômeno interno à escola, muito mais com manifestações de ordem da incivilidade do que aquelas atreladas aos ilegalismos.

A escola também representada pelo seu espaço de pretensa harmonia e de formação e desenvolvimento psicossocial tem sido arrebatada pela convivência com uma realidade violenta que não tem encontrado respostas efetivas em suas políticas educacionais vigentes.

São conflitos que se internalizam na medida em que a escola vem perdendo sua unicidade em articular o seu desenvolvimento e sua autenticidade com a busca desenfreada por um princípio de formação utilitarista marcada, sobretudo, por um projeto político e econômico hegemônico.

Nesse sentido, segundo o autor francês Dubet (2006), a escola vem promovendo o fenômeno da desinstitucionalização, ou seja, o papel da consolidação de princípios e valores promovidos pela escola enquanto instituição tem perdido espaço devido ao surgimento de uma nova forma de vivência realizada pelos alunos no seu processo de internalização de normas, não mais através de papeis, que tradicionalmente se promovia pela interiorização dos princípios pelas instituições, sobretudo, por experiências alternativas realizadas por adolescentes, já que se reconhece que para as crianças essa referência ainda estabelece um tipo de identidade por conta da proximidade das relações estabelecidas no âmbito do primeiro segmento do ensino fundamental.

A violência nessas lacunas se redimensiona e ganha espaço de dinamização, assim se consolida nos seus mais diferentes campos de atuação: seja violência contra o patrimônio, institucional, contra o corpo docente ou nas relações interpessoais.

A tensão entre aluno e regras está no centro da experiência escolar, uma vez que a acepção da escola enquanto uma instituição está descolada desse modelo clássico de internalização das normas. Visto que cada vez mais se apresenta uma dificuldade em administrar as relações entre o interior e o exterior do contexto escolar, a partir da vivência entre o mundo escolar e o mundo juvenil, a recusa por parte das crianças e dos jovens revela a crise do modelo disciplinar da escola

contemporânea.

Ainda com fulcro nas reflexões do professor de Ciências da Educação, o francês Bernard Charlot, amplia o conceito classificando-o em três níveis: violência (que inclui golpes, ferimentos, roubos, crimes e vandalismos, e sexual), incivildades (humilhações, palavras grosseiras e falta de respeito) e violência simbólica ou institucional compreendida, entre outras coisas, como desprazer no ensino por parte dos alunos, e negação da identidade e da satisfação profissional por parte dos professores.

Os termos para indicar a violência também variam de um país para outro, de acordo com estudos de Fraga (2016) nos Estados Unidos, diversas pesquisas usam delinquência juvenil. Na Inglaterra, alguns autores defendem que o termo violência na escola só seja empregado no caso de conflito entre estudantes e professores ou em relação a atividades que causem suspensão, atos disciplinares e prisão. Apesar das diferenças entre os países, há um consenso quanto ao fato de que não apenas a violência física merece atenção. Outros tipos de violência podem ser traumáticos e graves.

Busca-se, portanto, verificar uma compreensão científica mediante aporte conceitual aqui delineado referente ao objeto; violência escolar, seguindo os modelos de classificação de Charlot (2002) muito bem descritos por Abramovay em seu artigo intitulado “Violência escolar: o bê-á-bá da intolerância e da discriminação”, onde se narra que não existe um só consenso acerca de seu significado, portanto a caracterização do termo violência escolar torna-se variável em função do lugar e do sujeito.

Pode-se notar então que a violência na escola se trata de tema alvo de instigantes estudos e pesquisas que visam entender a complexidade que se entrelaça na construção deste fenômeno social que compromete o binômio fundamental da escola: o processo de ensino-aprendizagem.

Dessa maneira urge atentarmos para a vulnerabilidade que a violência instala nos sentidos e significados peculiares à educação e ao perigo da naturalização ou banalização acerca da violência no bojo social da escola.

2.2 A CIDADE DE PORTO SEGURO E A VIOLÊNCIA

Este trabalho se insere no rol de discussões ainda um tanto quanto incipientes sobre a violência no ambiente escolar e busca contribuir para o aprofundamento de conhecimentos, a partir de um olhar mais aguçado para uma escola situada na terra mãe do Brasil, renomada internacionalmente, sendo considerada uma das cidades mais atrativas do cenário turístico, mas também uma das mais violentas do país; o município de Porto Seguro–BA³ localizado no território de identidade Costa do Descobrimento, no extremo sul da Bahia, me possibilita tecer breves notas a seu respeito.

Atualmente o município de Porto Seguro–BA possui área territorial de 2.287,085, população de acordo com estimativas do IBGE/2016 de 147.444 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração expectativa de vida, educação e renda per capita, é de 0,676; enquanto que em todo país o IDH é de 0,727, conforme o Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A cidade de Porto Seguro situa-se na região nordeste do Brasil, é considerada berço do nascimento da sociedade brasileira e sua história começa em 1500; rotulada como terra do descobrimento, recebe aproximadamente 900 mil turistas anualmente, conforme dados recentes do Ministério do Turismo. Porto Seguro situa-se no extremo sul do estado da Bahia, microrregião conhecida como território do descobrimento, constituída por oito principais distritos: Queimados, Arraial d’Ajuda, Caraíva, Trancoso, Itaporanga, Vale Verde, Pindorama e Vera Cruz, todos eles com elevado potencial agrícola, alguns com vocação turística.

A população de Porto Seguro aumenta consideravelmente na estação do verão, quando recebe uma gama de visitantes oriundos principalmente do centro sul

³ O surgimento da renomada cidade baiana de Porto Seguro, também conhecida como berço da Nação Brasileira, remonta o tempo das grandes navegações em busca de riquezas, do desconhecido e novas terras. Uma história que data de 1500, quando o Brasil foi oficialmente descoberto, a princípio por um acaso, já que um acidente de percurso fez com que a frota de Pedro Álvares Cabral desembarcasse no Brasil, contudo e atualmente situada no extremo sul da Bahia, localizado no Nordeste brasileiro com uma área territorial de 2.287,085 km², um extenso litoral, com 85 km de praias. A cidade é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1968, considerada; Patrimônio Nacional da Humanidade, desde 1973 e reconhecida Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2000 por possuir um verdadeiro museu a céu aberto e houve sua elevação a monumento nacional, por decreto presidencial e as comemorações dos 500 anos do Descobrimento em 2000, projetaram Porto Seguro mundialmente, conforme dados do Ministério do Turismo (2000, p. 369).

do país e de países como Itália, Argentina, Portugal, Estados Unidos, Israel, França, e concomitantemente elevado contingente de pessoas em busca de trabalhos provisórios e prestação de serviços. A cidade somente na parte urbana possui quase 10 km de orla, no sentido que faz a ligação de Porto Seguro a Santa Cruz Cabrália - BA. Nesta parte, conhecida como orla norte, há também diversos condomínios de alto padrão.

Devido à maior crise ocorrida na região cacauzeira, nos fins da década de 80, com a vassoura de bruxa quase dizimando a cultura do cacau na região sul da Bahia, comprometeu-se a estruturação social local e, inevitavelmente, impulsionou-se um o processo migratório para Porto Seguro.

Neste mesmo período ocorreu um rápido e acelerado processo de urbanização, pois até então o município apresentava uma população predominantemente rural e em uma década a maioria da população passou a viver no ambiente urbano, uma migração em parte relacionada à expansão da atividade de silvicultura na região, processo que está associado, segundo o autor Francisco Cancela (2016), sobretudo à expulsão da população rural das áreas de cultivo para dar lugar à produção de eucalipto.

Registra-se pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo que já em 1991, a cidade tornara-se um dos maiores centros de lazer e entretenimento do Brasil e já recebia, em média, cerca de 500 mil turistas por ano. Assim Porto Seguro se transformou no point de lazer nacional, e no mesmo período, de acordo com dados do IBGE, moravam na cidade pouco mais de 34 mil habitantes. Em 1995, já passavam dos 60 mil. No início dos anos 2002, a população já beirava os 100 mil. Podemos observar que até o ano 2000, enquanto o crescimento acumulado da população na Bahia foi de 10,1%, e no Brasil de 15,6%, em Porto Seguro foi de 176,16%. Com o passar dos anos, a população não parou de crescer. Em 2013, registrou-se o crescimento acumulado de 306,8%, enquanto o estado da Bahia apresentava um crescimento acumulado de 26,7%, e o Brasil de 36,9%. Ou seja, taxas de crescimento populacional superiores à média nacional, estadual e regional, processo que resultou em forte pressão sobre serviços públicos e dinâmica socioeconômica de Porto Seguro. O município apresenta grande diversidade sociocultural com a presença de comunidades rurais tradicionais, comunidades indígenas, vilas de pescadores, comunidades cigana, acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

O desenvolvimento da cidade em termos econômicos, impulsiona-se com o crescimento da indústria do turismo, que teve como principal atrativo a paisagem litorânea preservada. Contudo nos apresenta complexos problemas como explosão demográfica e ocupação desordenada de espaços destinados à preservação ambiental e verifica-se que:

Tais consequências ocorreram devido à falta de planejamento por parte do município, pois planos diretores não foram colocados em prática. Com isso, o esgoto é lançado nos rios, vários trechos da orla marítima são alterados pela ocupação de pequenos povoados, ocorre o desmatamento, destruição de falésias, assoreamento, dentre outros problemas ambientais (PINTO, 2006, p.78).

Sob outra expectativa cabe citar que nos estudos em andamento da pesquisa intitulada: Porto Seguro – Bahia – Turismo Predatório e (in) sustentabilidade social, coordenada pelo pesquisador Antônio Mateus Soares, doutor em ciências sociais e professor adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB; aponta-se pelas análises iniciais as contradições turísticas e seus efeitos nocivos, na tentativa de compreender quais relações existem entre os impactos negativos do turismo em Porto Seguro e seus reflexos na ampliação dos índices de criminalidade, um estudo que articula:

As duas faces do turismo, aquela preconizada por construções fetichistas em torno da ideia paradisíaca do lugar, e a forma como se constitui o turismo predatório, apoiado por um hedonismo radical, expresso através de exploração sexual, aventuras eróticas com adolescentes e jovens, consumo de entorpecentes e tráfico de drogas ilícitas o que repercute na ampliação dos índices de homicídios e alocação de Porto Seguro entre as dez cidades mais violentas do Brasil. Na dialética de fatores, considera-se a importância da econômica do entretenimento turístico para Porto Seguro-BA, por meio da geração direta e indireta de emprego, implementação de receita municipal, relativo investimento na infraestrutura (sic), mas também indícios da operacionalização de um sub turismo predatório que se articula a outros fatores e geram efeitos impactantes no crescimento do tráfico de drogas e no aumento da violência e da criminalidade juvenil na região (SOARES, 2016, p.26).

Portanto, podemos dizer que se esboça uma espécie de relação entre o turismo predatório e a teia que dinamiza a criminalidade associada ao tráfico de drogas varejista em Porto Seguro, potencializando então outro lado negativo, o turismo em sua dimensão predatória que traz consigo prostituição, exploração sexual, doenças sexualmente transmissíveis, consumos excessivos de drogas lícitas e ilícitas, tráfico de drogas e um elevado índice de violência e criminalidade. Em

síntese o pesquisador Soares (2016) nos apresenta a seguinte avaliação sobre a cidade de Porto Seguro em recente publicação:

Apresenta algumas singularidades que a transforma em um objeto de estudo complexo e atraente: turismo e economia flutuante; crescimento expressivo da população no verão e com ela o consumo de drogas ilícitas que movimenta toda uma disputa no mercado do tráfico varejista; número expressivo de povos indígenas em situação de conflitos com proprietários de terras; presença de estrangeiros ilegais, sobretudo italianos; expansão das periferias associada ao advento da vassoura de bruxa e a falência da economia do cacau em Ilhéus e Itabuna. Tais características possibilitam vários caminhos para a compreensão das lógicas econômicas do território e suas interfaces com o tráfico de drogas (SOARES, 2016, p.16).

Em paralelo a esta realidade, os arredores da cidade se transformaram em núcleos residenciais com diversos bairros populares e periféricos gigantescos, situados em lugarejos carentes de serviços públicos básicos e escondidos dos olhos dos visitantes, dentre eles a comunidade do Bairro do Baianão ou Complexo Baianão, localizado na parte alta da cidade de Porto Seguro, considerado o complexo de bairros com maior densidade demográfica, é composto por 17 bairros; ressalta-se que é onde situa-se a escola participante deste estudo.

O Complexo é hoje uma área de caráter urbano que começou a ser povoada na segunda metade dos anos 90, sua ocupação foi feita por grupos populares, em especial dos municípios vizinhos, sendo sua expansão associada à falência da economia do cacau no sul da Bahia. A ocupação irregular do Complexo de Bairros Baianão, constitui-se hoje enquanto um espaço urbano e favelizado, apresenta-se próximo à área da orla, parte do mercado turístico da cidade, que nos períodos de alta estação, absorve a mão de obra do bairro e impulsiona toda uma cadeia de trabalhadores informais.

Devido à expansão não planejada e recente, torna-se precária a falta de infraestrutura e políticas públicas básicas que se manifesta através de ruas e casas sem saneamento básico e iluminação, bem como a tímida presença da segurança pública, da saúde, da cultura, do lazer e do esporte em especial.

De acordo com Soares (2016), o Baianão apresenta um grande número de bares e igrejas evangélicas; é considerado pela polícia, e percebido pelos moradores das outras áreas, como o bairro mais violento da cidade. Em 2013, foi

instalada a Base Comunitária de Segurança de Porto Seguro, com modelo de atuação similar ao da capital Salvador, que possui estrutura e funcionamento inspirado nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro. Ainda com base nos estudos do mesmo autor, aponta-se que o Baianão apresenta outra faceta relevante a de que foi onde se originou o M.P.A. – Mercado do Povo Atitude, facção que atua no sul e extremo sul da Bahia, e, segundo depoimento de membro da facção e de policiais, possui vinculação com o P.C.C. – Primeiro Comando Capital, que além de emprestar os princípios ideológicos de funcionamento, operacionaliza a distribuição de armas e drogas.

De outra parte, mas seguindo a reflexão acima, temos um levantamento realizado pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO⁴) no qual aponta que Porto Seguro–BA ocupa a 5ª colocação no ranking das cidades baianas mais violentas do Brasil, com taxa de 92,9 homicídios por 100 mil habitantes e 367 mortes por arma de fogo.

Para além do elevado índice de homicídios apresentado por outros municípios do sul da Bahia, a exemplo de Porto Seguro, Itabuna, Eunápolis, Ilhéus e Teixeira de Freitas, chama a atenção o fato da população negra e afrodescendente ser a mais vitimizada pela criminalidade, conforme nos apresentam as observações da Pesquisa publicada no Mapa da Violência de 2014.

Todavia contrastando com sua peculiar relevância socio-histórico e turística aqui já explicitada, o município de Porto Seguro nos apresenta nuances sociais de assombrosa realidade ao ser elencada no universo das 5.565 cidades brasileiras como a **10ª mais violenta para o público infante juvenil**, de acordo com o **Mapa da Violência de 2014**. Visualiza-se, portanto, dados preocupantes, visto que se trata

⁴ Dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros, a cidade de Simões Filho, na Bahia, é a que lidera o ranking de mais violenta do país. Entre 2010 e 2012, o município somou 126 mortes por armas de fogo para cada 100 mil habitantes. Vale ressaltar que na Bahia, concentra-se a maior quantidade de cidades entre as 250 listadas. São quase 16% localizadas só no estado – o que corresponde a mais de 10,4 mil homicídios. Em números absolutos, porém, Salvador (BA) é a que tem o maior número de casos registrados. Em três anos, 4,3 mil pessoas morreram – 53,2 mortes a cada grupo de 100 mil. As informações do Mapa da Violência 2015 apontam que neste período mais de 112 mil pessoas foram mortas dessa forma no Brasil. Veja, na tabela abaixo, as cinco cidades no Brasil com as maiores taxas de homicídio por arma de fogo entre 2010 e 2012:

1º	Simões Filho	BA
2º	Ananindeua	PA
3º	Pilar	AL
4º	Mata de São João	BA
5º	Porto Seguro	BA

Fonte: SIM – Subsistema de Informações sobre Mortalidade, SVS – Secretaria de Vigilância a Saúde, MS – Ministério de Saúde, e Mapa da Violência – 2014.

de região interiorana com população estimada atualmente pelo IBGE/2016 em aproximadamente 147 mil habitantes. Tais índices, além de contribuírem para a construção de estigmas, reproduzem um sentimento de medo e insegurança, sobretudo, nos bairros mais populares, nos quais a população mais vulnerabilizada pela desigualdade social habita. O recente estudo diz ainda que a cidade de Porto Seguro–BA apresenta três pontos críticos com os maiores índices de registro de ocorrências policiais observados durante levantamento de dados, sendo eles os distritos de Trancoso e Vera Cruz e o Bairro Parque Ecológico João Carlos.

Sob outra perspectiva e imerso no latente quadro descrito, encontra-se a escola participante desta pesquisa, assim como os “supostos” marcos legais estatuídos, que definem crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, em fase peculiar de desenvolvimento e que em razão disso são prioridade absoluta no acesso a políticas públicas, dentre elas a educação, a escola de qualidade e isto nos provoca entender se tal realidade correlaciona-se ao fenômeno da violência no ambiente escolar em Porto Seguro–BA.

De acordo com relatos informais da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Judiciário através da Secretaria Estadual de Segurança Pública e da mídia local vários casos de violência escolar vêm sendo noticiados e esses eventos têm aumentado pelo impulso da mídia com demonstração de diversas formas de manifestação como agressões a professores, rixas entre grupos de alunos, depredação do patrimônio escolar, venda de drogas no interior da escola e até crimes contra a vida envolvendo atores que circunscrevem o espaço instituído para ensino e aprendizagem. Um contexto que precisa ser melhor apreciado devido à tímida publicação de registros ou de dados oficiais.

Trata-se, portanto, de uma situação que exige especial atenção, pois busco tecer aqui quais as possíveis estratégias disponíveis para a educação atingir sua função em tal cenário conflitante. Algo que por si só deriva processos dialógicos, que devem envolver distintos interlocutores integrantes da comunidade escolar de Porto Seguro–BA.

2.3 ENTORNOS E CONTORNOS DE UMA UNIDADE DE ENSINO

Foi nesse prisma que ocorreu a escolha da escola participante do presente estudo, deu-se pela indicação de inúmeros componentes da rede de ensino, da Secretaria Municipal de Educação por ser a maior escola da cidade, mas sobretudo por estar situada no Complexo Baianão, mais precisamente no Bairro Parque Ecológico João Carlos, localidade de alta vulnerabilidade social, conflitos criminosos e crescentes taxas de homicídios, conforme nos apontou o Mapa da Violência de 2014.

Diante da presente narrativa e sendo necessariamente a escola, parte desse contexto e lhe sendo atribuído legalmente um “papel social” que está para além de seus muros, se faz necessário ater-se às dinâmicas que se constroem no seu interior, merecendo assim, atenção especial, por se tratar de espaço por excelência para formação de pessoas. Logo, torna-se interessante e salutar debruçarmos aqui sobre o tema, pois segundo Camacho (2000, p.45) tem havido certa naturalização e, quando não, banalização do quadro da violência por parte da comunidade escolar, isso em recorrência das suas mais diferentes expressões no cotidiano.

Nesse sentido foi convidado para participar deste estudo o Colégio Municipal Prof. Álvaro Henrique Santos, localizado na Rua Pereira, nº 02, Bairro Frei Calixto, Porto Seguro–BA; uma unidade de porte especial, inaugurada em 03 de agosto de 2003, com o nome de Colégio Municipal Ubaldino III, em homenagem ao pai do então prefeito da época, Ubaldino Junior. Com o intuito de diminuir o número de prédios alugados, a Secretaria Municipal de Educação reuniu neste novo prédio os alunos e funcionários de escolas menores que se localizavam no entorno. Foram elas: Escola Municipal Viviane Sena, Escola Municipal Dois de Julho, Centro Educacional Aprender e Crescer (CEAC) e Escola Pero de Campos Tourinho, tendo como diretor o professor Everal Virgílio.

Alguns anos mais tarde, com a saída do prefeito Ubaldino Junior, a Unidade de Ensino passou a se chamar Colégio Municipal Frei Calixto, em homenagem ao frade franciscano Frei Calixto, que realizava algumas ações no bairro. No ano de 2014 foi aprovado um projeto de lei na Câmara dos Vereadores e o Colégio novamente sofreu uma alteração de nome, passando a ser chamado de Colégio Municipal Prof. Álvaro Henrique Santos em homenagem ao professor da mesma instituição, Álvaro Henrique Santos, que dedicou sua vida profissional e pessoal não

medindo seus esforços à luta por melhorias numa educação de qualidade.

O Colégio possui os seguintes departamentos: Direção, Vice-direção, Coordenação Pedagógica, Secretaria, Biblioteca, Sala dos professores, Sala de vídeo, Auditório, Sala Multifuncional – Atendimento Educacional Especializado (AEE), Laboratório de informática, 30 Salas de aula, Almoxarifado, Cantina, Quadra Esportiva, Arquivo Inativo, Cozinha do Programa Mais Educação.

Hoje o Colégio possui 2.117 alunos, com idade entre 07 e 60 anos, distribuídos em dois turnos (Matutino e Vespertino) de Ensino Fundamental I e II e um turno (Noturno) de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo um total de aproximadamente 142 funcionários e 30 salas. Fazem parte do quadro administrativo atual o diretor Edvaldo Dos Santos Oliveira, os vice-diretores Jeremias Macedo dos Santos, Regina Aparecida Fontana e Deusdete Viana Baião e a secretária escolar Elaine Silva Cardoso.

O Colégio Municipal Prof. Álvaro Henrique conta com mais 90% do quadro de funcionários efetivos, e para a direção da escola já ocorreu o processo de eleição no ano de 2014, em que a comunidade escolar escolheu o corpo administrativo acima citado, sendo uma das instituições pioneiras na luta pela gestão democrática no Município.

A partir de leituras aprofundadas do PPP (Plano Político Pedagógico da Escola) e de projetos extracurriculares disponibilizados pela direção da unidade de ensino podemos descrever que a Escola Municipal Professor Álvaro Henrique, localizada na periferia de Porto Seguro–Bahia, no Bairro Parque Ecológico, identificado pelos seus moradores como Bairro Baianão, atende a crianças e adolescentes do próprio bairro e de bairros vizinhos. Desde a sua inauguração, a escola recebe alunos que necessitam de um olhar especial, pois estão inseridos em contextos marcados por mazelas sociais diversas, principalmente pela violência física e simbólica. Tendo em meio ao quadro de estudantes o seguinte perfil comum; pré-adolescentes e adolescentes, muitas vezes abandonados pelos pais, os quais lhes dão teto e comida, mas os ignoram, os desprezam ou fingem que eles não existem, porque não sabem o que fazer para livrá-los da dependência das drogas. Destacando-se uma observação que consta sobre meninas e meninos que convivem com pais alcoolatras ou dependentes de outras drogas, meninas com histórico de violência sexual, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas na escola, jovens que convivem com o quadro de situações de injustiça, exclusão e

vulnerabilidade social, descreve o PPP. A partir disso, a escola desenvolve determinados projetos e ações extracurriculares a fim de minimizar tal realidade.

Consta no PPP da escola estudada que o desafio maior para a real construção e efetivação do mesmo é levar em conta a realidade que circunda a escola e as famílias dos alunos, pois, certamente, a realidade social dos alunos afetará diretamente sua vida escolar, e os dados levantados junto à comunidade devem contribuir para orientar todo o organismo escolar com a finalidade de tratar tais indícios com a devida relevância, transformando-os em currículo, objeto de planejamento e potencial de aprendizagem.

2.4 METODOLOGIA

O embasamento teórico metodológico deste trabalho ancora-se sobretudo em conceitos da sociologia de vertente francesa, tendo em vista também uma fundamentação que se inicia no século XX, em 1910, mais precisamente na Universidade de Chicago nos Estados Unidos, no departamento de Sociologia e Antropologia que acabou tornando-se o principal centro de estudos de pesquisas sociológicas da época. A escola de Chicago destaca-se pela sistematização de conhecimentos voltados a problemas sociais, os quais a cidade enfrentava como, por exemplo: questões de imigração, delinquência, criminalidade e conflitos étnicos, dentre outros.

Devido a essa preocupação empírica, a Escola de Chicago foi a que mais contribuiu para abrir caminho para outras correntes teóricas. Foi ela também que além de fazer uso de pesquisas quantitativas, atuou para o desenvolvimento das pesquisas qualitativas na Sociologia. Nesse sentido podemos entender que a finalidade da pesquisa em ciências sociais, segundo Selltiz (1987) é de certa forma descobrir respostas para algumas questões mediante a aplicação de métodos científicos, já para Bunge (1972) a pesquisa científica tem duas finalidades, isto é, a acumulação e a compreensão dos fatos que foram levantados, de outro modo entende-se que:

As pesquisas qualitativas na sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois respondem a noções muito particulares, entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa (MINAYO, 1996, p.106).

Nesse sentido registra-se que a partir dos anos 90 a produção de pesquisas sobre o tema em análise ganha impulso, principalmente na área de conhecimento das Ciências Sociais, como nos demonstra, por exemplo, as abordagens utilizadas pelas autoras brasileiras Abramovay e Ruas (2003) na obra “Violências nas Escolas”; estudo e publicação realizados em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura).

Em primeiro lugar Bourdieu (1999) nos indica que a escolha do método não deve ser rígida, mas, sim, rigorosa, ou seja, o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez, mas qualquer método ou conjunto de métodos que forem utilizados devem ser aplicados com rigor. Portanto, relativo às técnicas de coleta e análise de dados, buscando contribuir para um melhor aprofundamento investigativo sobre o fenômeno em estudo; esta pesquisa possui uma configuração em que foram empregadas metodologias diferenciadas de cunho qualitativo e quantitativo.

Por conseguinte, sendo uma das questões metodológicas que de pronto se apresenta e se destaca nos entendimentos, talvez seja justamente o alcance da definição do que se deve considerar violência e objetivando as finalidades deste estudo foi utilizada inicialmente a definição de violência no espaço escolar, na perspectiva teórica desenhada por Charlot (2002), com diferenciação de violência na escola, da escola e à escola; pois, embora abrangente, a abordagem do referido autor tem o mérito de vislumbrar os distintos pontos de vista empreendidos por atores sociais que se posicionam em lugares diferenciados tanto na hierarquia escolar, como em seus espaços internos e externos, possibilitando, assim, o reconhecimento das desigualdades próprias da escola e da reprodução social permeada de conflitos.

2.4.1 DESENHO DO ESTUDO

O desenvolvimento da pesquisa de campo teve enquanto lócus de estudo uma escola da rede pública na cidade de Porto Seguro–BA, o Colégio Municipal Álvaro Henrique dos Santos, código de registro no INEP 29435846, situada no Bairro Parque Ecológico, pré-definida não pelo volume de estudantes e/ou a probabilidade de maiores incidências de casos sobre violência, mas especialmente

por encontrar-se em área denominada de risco, conforme estudos e publicações do Mapa da Violência de 2014.

Durante o percurso para obtenção de dados e investigação científica nos deparamos com ótima recepção por parte dos segmentos envolvidos, entretanto a carência de registro das situações de violência escolar tornou os trabalhos bem mais tímidos e menos abrangentes sobretudo pela ausência de instrumentos destinados ao monitoramento de casos.

No processo de investigação utilizou-se a seguinte estratégia; delimitou-se o público da escola, mediante o critério de amostragem probabilística simples; sendo duas turmas do ensino fundamental II – 8º ano, indicadas pela escola e dispostas em turnos opostos. Por outro lado, almejou-se alcançar inicialmente todos os demais segmentos da escola, mas por impasses de agendamentos e disponibilidade dos mesmos, houve participação na pesquisa apenas de alguns docentes da respectiva unidade de ensino.

Para culminância da pesquisa no âmbito quantitativo foi realizado um survey com questões fechadas para alunos do período diurno, de duas turmas do 8º ano – fundamental II, entre o período de setembro/2016 a dezembro/2016. Tratando-se de um instrumento para coleta de dados utilizado para investigar o que, por que, como ou quanto se dá determinada situação, não sendo possível através do método determinar variáveis dependentes e independentes; a pesquisa dá-se no momento presente ou recente e trata de situações reais do ambiente.

Recorrendo-se também à ótica conceitual do sociólogo Pierre Bourdieu para outros entendimentos de conteúdos obtidos mediante o conceito de *habitus*, assim por ele definido como “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU 2007, p. 191). Em outras palavras trata-se de uma ferramenta interpretativa da realidade no contexto de uma sociologia interessada em dissolver fronteiras entre indivíduo e sociedade, utilizando-se aqui enquanto reflexão crítica sobre o papel da escola na reprodução social.

Outro aporte metodológico e fundamental utilizado no âmbito qualitativo foi o grupo focal, referendado pelo entendimento da autora Bernardete Angelina Gatti, em sua obra “Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas”, na qual nos afirma que tal técnica pode ser caracterizada como derivada de vários trabalhos com

grupos, sendo amplamente desenvolvida na psicologia social. Ainda seguindo suas reflexões orientadas pelo pensamento de Powell e Single (1996, p. 449) o grupo focal consiste em:

Um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal. Sendo que para a realização do trabalho é necessário seguir alguns critérios, tendo em vista o problema em estudo, como por exemplo, se os participantes possuem algumas características em comum, como também uma vivência com o tema em discussão.

Nesse contexto, a autora citada anteriormente, orienta que os participantes de um grupo focal devem possuir algumas características homogêneas, mas com suficiente variação para que as discussões tenham posições divergentes ou diferentes. As características comuns, por exemplo, podem ser referentes ao gênero, à idade, às condições socioeconômicas e escolaridade. Já a variação referente ao grupo deve ser considerada com relação ao problema da pesquisa, ao referencial teórico e ao “para quê” se realiza aquela pesquisa. Nesse viés, quando se trabalha com mais de um grupo, a autora afirma que a seleção deve contemplar a combinação homogeneidade/variação em todos os grupos ou então homogeneidade intragrupo e a heterogeneidade entre os grupos.

Portanto, foram formados quatro grupos a partir dos critérios de: idade, sexo, turno de estudo e endereço. Vale destacar que houve o desejo de articularmos um maior número de grupos, porém não foi possível, uma vez que o encerramento do período letivo, a necessidade de cumprimento de cronograma por parte da escola e a disponibilidade de tempo dos segmentos envolvidos acabaram inviabilizando a articulação de outros grupos.

O trabalho recorreu também a utilização de entrevistas semi-estruturadas, compostas por itens abertos realizados com os gestores institucionais, de modo a compreender as possibilidades de articulação entre as políticas públicas, apoiando-se no recorte teórico-metodológico sendo aqui adotado pela análise de conteúdo defendida por Bardin (1995, p. 175), visto que “possibilita uma análise temática, promovendo um resgate transversalizado das entrevistas, que recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projetadas sobre seu conteúdo”.

Sabido que tais procedimentos podem implicar em fatores subjetivos de

classificação, mas que serão analisados também no percurso das investigações, ao tangenciar o estudo para tais variáveis, optou-se por uma abordagem implicada no reconhecimento de auxílio da investigação acadêmica, principalmente através da percepção dos atores envolvidos nos trabalhos, gerando maior possibilidade de contribuições para a produção de informações sistematizadas.

Tendo ainda por base, observações aprofundadas que permeiam a obra “Violência na escola; grito e silêncio”, de autoria das professoras Maria de Lourdes Ornellas e Daniela Chaves Radel, pertencentes ao quadro docente da Universidade Federal da Bahia, publicação de natureza qualitativa e quantitativa em quatro escolas públicas estaduais situadas na cidade de Salvador, uma pesquisa por elas é assim definida:

Um texto que está escrito e inscrito na leitura que fazemos hoje da contemporaneidade. O ato de escrever está empenhado de zelo, resistência, dor e até de angústia, vez que é uma obra que fala de violência na escola. Nosso objetivo aqui é abrir caminho aos leitores para poderem colocar a fala argumentada em lugar de escutarem o grito e, em seguida, o silêncio. Neste sentido, faz-se precípuo discorrer sobre estes dois significantes: agressão e violência, contextualizados na dinâmica capitalista em que são engendrados no seio da escola (ORNELLAS: RADEL, 2010, p. 15).

Parafraseando as autoras e almejando ir até a raiz da violência, pode ser que seja fundante o leitor se encontrar com o significante violência, palavra que também vem do latim *violência*, ou seja, ato bravo, cruel, muito embora o verbo *violare* tenha conotação de transgressão. Na busca de sustentação para entendimentos pontua-se que a violência causa insegurança, uma angústia e medo na família e na escola.

Orientando-se por fim, pela obra de suma relevância intitulada “A escola, as drogas e a violência: experiência e representação”, de autoria do sociólogo brasileiro Paulo Cesar Pontes Fraga, publicada em 2016 e que se insere no debate por meio de valorosas contribuições sobre interações entre atores de uma escola na pequena cidade de Cataguazes no interior de Minas Gerais, traz à tona diálogos obtidos com alunos e profissionais de ensino sobre temas como drogas, bullying, utilização de redes sociais e violência, racismo, sexismo, danos ao patrimônio entre outras questões que estão presentes no cotidiano escolar.

2.4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Dando continuidade, a pesquisa quantitativa ocorreu com alunos do sexo masculino e feminino, cujas idades variavam de 13 a 16 anos. Responderam aos questionários 68 alunos. Os questionários trouxeram itens relativo à experiência vivenciada sobre violência; a compreensão sobre o fenômeno; a vivência sobre o papel da escola; as relações e tipos de conflitos existentes dentro da escola e em seu arredor. Desde o primeiro momento chamou atenção o interesse demonstrado pelos alunos na realização da pesquisa.

Participaram aproximadamente 14 profissionais, os quais manifestaram bastante interesse em posteriormente conhecer o resultado da pesquisa. Semelhante ao grupo dos adolescentes, neste grupo foi necessário interromper várias vezes o andamento da exposição, visto que vários participantes falavam ao mesmo tempo, afinal, tratando-se de latente temática já era esperado tais reações.

No grupo focal dos docentes houve uma natural pluralidade de participantes com características distintas, ou seja: professores das mais diferenciadas áreas do conhecimento e que aparentavam diferentes idades (de 20 a 50 anos); professores do sexo masculino e feminino; professores efetivos e contratados; e professores com pouco e muito tempo de experiência profissional.

Tal diversidade contribuiu de maneira *sinequanon* para a pluralidade de opiniões, principalmente no que tange aos alunos e também à motivação dos professores. Aqueles profissionais com pouco tempo de experiência (até 5 anos) apresentavam-se mais motivados expondo menos a insatisfação com o sistema educacional. Já aqueles que tinham mais tempo de experiência, acima de dezoito anos, e acompanharam o surgimento de algumas criações de leis, como Estatuto da Criança e Adolescente, e o programa que impede a retenção do aluno em ano de ensino, demonstravam maior insatisfação e desmotivação em face das mudanças que acompanharam e dos reflexos gerados na prática profissional. No geral, percebemos os alunos tendo percepções muito mais positivas em relação aos professores do que dos professores para com os alunos.

2.4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Em linhas gerais as indagações utilizadas versaram sobre a experiência vivenciada a respeito da violência; o entendimento acerca do fenômeno; a vivência sobre o papel da escola; as relações e tipos de conflitos existentes dentro da escola e em seu arredor.

Foram inicialmente distribuídos o montante de 80 questionários no período de outubro a dezembro de 2016, obtendo o retorno de 68 questionários respondidos pelos alunos. Na pesquisa foram utilizadas metodologias de cunho qualitativo e quantitativo para conhecimento do fenômeno. Sendo realizado um survey com questões fechadas para duas turmas do 8º ano.

Os primeiros participantes dos grupos focais foram alunos com idade entre 13 e 16 anos. A escolha dos alunos para participação da atividade foi realizada em conjunto com a escola, que sugeriu as turmas com defasagem por idade série e com acentuados descompassos de comportamento.

O primeiro grupo realizado foi o de 04 meninos e 04 meninas, contou com a participação de 08 membros de turnos opostos, no geral, não houve resistência e receio do grupo em discutir sobre os assuntos propostos.

O segundo foi realizado com seis meninas de turnos opostos, mas de mesma idade. Inicialmente, percebeu-se certa timidez, mas no decorrer da entrevista, elas foram ficando mais à vontade e expondo de modo incisivo suas impressões.

O terceiro grupo foi realizado com cinco meninos da mesma idade, mas de turnos opostos. Nele houve uma facilidade dos garotos em expressarem suas opiniões, pois foram participativos, relatando inclusive suas experiências diretas com as drogas, sexo e situações de violência que já vivenciaram tanto na escola como na rua.

O quarto grupo contou com a participação de dois meninos e cinco meninas, que moram em locais distintos da área em que se encontra instalada a unidade de ensino, respectivamente no centro e na zona rural, neste o que mais se destacou foi a percepção que tinham acerca da violência, de sua relação imediata e recorrente com drogas.

As atividades foram realizadas dentro da escola. Mais da metade dos entrevistados eram do sexo masculino, correspondendo a sessenta e quatro por cento. Dentre as justificativas possíveis, para o fato, a mais plausível é que as

meninas tiveram maior resistência em participar e expor suas opiniões. O que foi possível perceber é que nos grupos formados apenas por adolescentes do sexo masculino houve maior facilidade na exposição.

Na seleção de participantes buscou-se obter uma média aproximada de adolescentes conforme a idade, havendo assim a participação de alunos das duas turmas do 8º ano. As entrevistas foram realizadas com alunos de idade entre 13 a 16 anos, sendo 07 com treze anos, 13 com quatorze anos, 11 com quinze anos e 05 com dezesseis anos. Como ainda existem muitos tabus na escola e na sociedade para tratar de temáticas sobre violência, optou-se por trabalhar com um público mais maduro para evitar eventuais conflitos entre escola e família. Outra consideração importante, referente à faixa etária, está calcada na justificativa de que o público maduro consegue produzir um discurso mais conciso sobre o assunto, em virtude de uma maior bagagem de informação e experiência.

Sobre o trabalho realizado com os professores, devido ao número reduzido de profissionais, consideramos inicialmente a possibilidade de realizar o grupo focal com os trinta e cinco profissionais que fazem parte do quadro de funcionários da escola, entre efetivos e contratados. Entretanto, tentativas de reagendamento ocorreram, mas no dia marcado para a realização do trabalho estavam presentes e disponíveis em um dos turnos aproximadamente sete professores, e no turno oposto mais seis. Desse modo, optamos em realizar um grupo focal com os profissionais docentes apenas.

Para efetivação do grupo focal a escola dispôs de parte da manhã de um sábado letivo que curiosamente boa parte do alunado faltou às aulas que começam às 07:00 e encerram às 10:30, os professores se dirigiram para o auditório da escola onde foi desenvolvido o trabalho que teve duração de aproximadamente quarenta e cinco minutos.

Em geral percebemos disponibilidade dos profissionais e interesse em contribuir com a pesquisa. Desse modo, todos os professores presentes na escola, naquela data, participaram da pesquisa expondo suas percepções em relação aos alunos, a escola e ao sistema de ensino.

2.5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Levando-se também, além dos demais aportes já mencionados, em consideração a perspectiva do autor Bourdieu (1999) na qual defende que ao ignorarmos as desigualdades existentes na escola pode ser uma forma de favorecer ainda mais os já favorecidos. Isso nos levou a ver em tal conceito uma potente matriz explicativa para a dialética determinação/indeterminação social no processo de desenvolvimento humano. Para a análise dos referidos dados obtidos por meio do grupo focal, utilizou-se também a vertente francesa da análise do discurso, vez que se busca fazer a leitura do que foi escrito e escutado, nas entrelinhas, isto é, naquilo que foi manifestado e que ficou latente sobre a violência escolar. Recorrendo a outras palavras temos o seguinte pensamento explicativo acerca desta metodologia:

A análise do discurso pertence ao domínio das ciências humanas, enquanto disciplina do conhecimento. Ela trata do discurso, pois para ouvir a fala do sujeito é preciso saber sentir os tons, as pausas e os ritmos, de preferência sem pressa, para que as falas tomem forma e sentido. A fala é como um desenho, composto por um conjunto de linhas e contornos, em que o falante representa, traça, projeta e manifesta o que sente e também o que não sente, um trabalho cuidadoso de percepção (ORNELLAS E RADEL, 2010, p. 77).

Durante os grupos focais percebeu-se também que a incivilidade era a problemática mais relacionada pelos alunos no contexto escolar. Visto que segundo Flannery (1997), quando se trabalha a violência escolar não se pode restringir a investigação aos casos mais violentos, pois traria uma visão errada do contexto, porque esses fatos não são capazes de refletir toda a natureza e extensão do problema que ocorre na escola por não se constituírem necessariamente como os mais frequentes.

Percebemos muita euforia, por um lado, e desmotivação, por outro, de alguns professores em relação ao sistema de ensino e a conduta do alunado. O encontro foi permeado por sentimentos de satisfação, revolta, insatisfação e agressividade expressos pelos professores. No decorrer do grupo tiveram também dúvidas, risadas e questionamentos outros. Apesar de a temática envolver muita tensão, o debate perpassou a organização do sistema educacional, o surgimento de leis que os profissionais acreditam tirar a autonomia da escola e o respeito por ela mas

percebemos que foi possível falar sobre questões sérias de modo descontraído e leve.

Dentre os 26 alunos entrevistados, houve maior disponibilidade de participação do público masculino. Contudo, na seleção de alunos, buscou-se o equilíbrio do número de participantes conforme o gênero. As meninas mostraram-se também disponíveis e participativas no decorrer das atividades. Em contrapartida, os meninos foram mais curiosos e abertos em participar dos grupos, assim como em face de discussões de determinados assuntos, como ocorreu com o tema “violência”. Vale destacar que os alunos foram convidados a participar do grupo focal, não havendo nenhuma obrigatoriedade de cooperação ou de permanência durante sua culminância.

Observou-se que os adolescentes ficavam inicialmente mais tímidos e até mesmo apreensivos para falar sobre violência. Isto pode ser motivado por inúmeros fatores, dentre eles, o fato de alguns casos de agressividade já ter virado fenômeno normal entre aquela população. Entretanto, quando o assunto foi família, violência virtual e drogas houve maior participação dos alunos. Devemos nos lembrar de que o consumo de drogas e práticas virtuais são experiências comuns da adolescência e que isso pode levá-los a terem mais interesse para discutir sobre o assunto. O fato de alguns casos de violência já estarem naturalizados entre os adolescentes pode também interferir na exposição do conteúdo, sendo pouco interessante no debate sobre o tema.

De início pontua-se que no ambiente analisado, a minoria dos estudantes era do sexo masculino (48,5%) e aqueles do sexo feminino representavam a maior parte (54,5%). A faixa etária na qual estavam inseridos, abrangia o intervalo de 13 a 16 anos, conforme podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Pergunta nº 2 do questionário aplicado aos alunos.

Idade	Frequência	Percentual %
13	26	38,2
14	34	50,9
15	3	4,5
16	2	2,8
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Sobre os relatos acima, percebeu-se uma frequência recorrente em várias falas denotando relações aprofundadas do adolescente com a família do que com outros segmentos como a escola, por exemplo, vínculos estes que também implicam na estrutura subjetiva do sujeito como um todo. Também vale compreender que a família vem passando por significativas mudanças no que tange à sua composição, lugar e papel no bojo social brasileiro. Décadas atrás já se observava notadamente tal realidade, pois segundo o autor abaixo:

A família é uma instituição que representa um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas que têm relação direta às mudanças sociais, na empreitada de adaptação mais adequada possível para a sobrevivência de seus membros e das instituições em geral e por ter esta relação direta com a sociedade, à medida que a sociedade passa por importantes transformações, o sistema familiar sente esses reflexos. O sistema familiar muda na medida em que a sociedade muda (MINUCHIN, 1988, p. 89).

Com base no pensamento de Faco e Melchiori (2009, p.10), narra-se que com as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas, a sociedade brasileira vem se reorganizando para poder amparar os novos contornos da estrutura familiar. No Código de 1916, refletem as autoras, apenas eram consideradas famílias legítimas aquelas construídas por casais cujas uniões fossem registradas em cartórios, oficialmente. Esta situação somente mudou, legalmente, em 2003 com o Novo Código Civil, que transformou o conceito de família, passando a abranger em sua definição as unidades formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes.

O estudioso Cahalil (2003, p. 467), da temática em roga, traz à baila rica observação de que a união entre pessoas passou a ser compreendida com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. Os filhos adotados ou concebidos fora do casamento passaram a ter direitos idênticos aos dos nascidos dentro do matrimônio; a palavra “pessoa” substituiu “homem” e o “pátrio poder” que o pai exercia sobre os filhos passou a ser “poder familiar” e atribuído também à mãe, complementam (Faco e Melchiori, 2009, p.10).

A Lei do Divórcio, de 1977, adjudicava ao cônjuge que não tivesse provocado a separação, a guarda e, caso não houvesse acordo, à mãe. O Novo Código passou a atribuir o cuidado dos filhos àquele pai ou àquela mãe que apresentar melhores condições para exercer a guarda (Cahalil, 2003, p.480).

Atinente ao pensamento de Lautier (2000), que versa em seu estudo sobre a capacidade das famílias em tentarem continuar cumprindo o sentido de amenizar crises, estabelece um contraponto notando-as como obrigadas a desempenhar tal função, ainda que de maneira imperfeita em face de políticas sociais precárias que a circundam, frisa que a família vem perdendo, gradualmente, a possibilidade de ser amortecedora da crise, uma espécie de impacto gradual e profundo que impulsiona determinadas complexidades sociais claramente percebidas nos grandes centros, nas pequeninas cidades ou até mesmo na zona rural, como o aumento gradual da população de rua, de adultos encarcerados, de dependentes químicos, dos milhares de adolescentes e crianças fora da escola, das vítimas de mazelas sociais e das arbitrarias e cruéis atitudes de violência contra as minorias que, por sua vez, desembocam sobretudo na escola.

Entretanto nos cabe evidenciar que as transformações ocorridas no conceito e na composição familiar não podem ser reduzidas aos fatores econômicos, pois, como bem observa Carvalho e Almeida (2003), as estruturas familiares continuam a ser determinadas também por fatores culturais, ideológicos e políticos.

No Brasil, comentando o entendimento do professor Paulo Cesar Pontes Fraga em sua obra aqui já citada, nota-se nas últimas décadas uma diminuição do número de filhos por casal. Em relação à composição, aumentou o número de separações, havendo, também, um significativo acréscimo de novas uniões e de casamento não oficializados, com as uniões consensuais. O número de famílias unipessoais e monoparentais incrementou também e destacou-se, ainda, o crescimento de adolescentes mães.

Complementado a abordagem, outra questão que vem mobilizando a sociedade brasileira, opondo grupos religiosos e setores conservadores a setores considerados mais progressistas e que defendem direitos humanos da comunidade LGBTTI, é a união homoafetiva e a constituição de família. A discussão que se coloca é a possibilidade de se considerar uma família, com a constituição de prole, a partir de uma união homoafetiva. Este modelo de organização familiar vem sofrendo diversificadas críticas de vários setores da sociedade, principalmente, aquelas centradas na questão de uma criança criada por pais homossexuais ter dificuldades de constituir sua própria sexualidade e nos possíveis preconceitos que essas crianças sofrem na escola e na comunidade (Uziel, 2000).

Na abordagem quantitativa durante o referido estudo não houve questões específicas sobre a homoparentalidade, mas nos grupos focais havia espaço para expressar opiniões ou relatar experiências, assim como fazer alguma analogia entre esta forma de organização familiar com a violência. Apesar das transformações ocorridas e dos processos, é inegável a influência ainda presente da família na composição das relações sociais e seu decisivo alcance nas formas de estruturação. Em suma, o desenho familiar vigente motiva questões relevantes, pois se observam mudanças na composição de seus membros; o impacto da crise econômica e a multideterminação de modelos familiares não foram capazes de retirá-la do seu papel de responsabilidade social, demandada, principalmente, nas situações de adversidades.

Após as colocações acima, assimilaremos com mais precisão este tópico da pesquisa, pois os estudantes foram solicitados a avaliar suas relações com seus familiares. A grande maioria (66,1%) avaliou a sua relação como excelente/boa, (27,9%) como regular e apenas 4,5% como ruim, conforme tabela abaixo. Mostrando que ainda existe uma percepção positiva da maioria desses alunos da instituição família, mesmo com seus novos arranjos e complexidades que possuem, conforme dados abaixo:

Tabela 02 – Pergunta nº 3 do questionário aplicado aos alunos.

Avaliação	Frequência	Percentual %
Excelente	22	32,3
Boa	23	33,8
Regular	19	27,9
Ruim	3	4,5
Péssima	-----	-----
Não informado	1	1,4
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

2.5.1 PERCEPÇÃO DE PARTICIPANTES DE GRUPO FOCAL

Corroborando tais informações, temos abaixo as falas emitidas nos grupos focais: quem você mais gosta em sua família? As narrativas ilustram os referenciais nutridos pela família enquanto apoio indispensável, nesse sentido a figura da mãe ganha destaque como base de afeto e exemplo de vida em muitas das narrativas obtidas, a saber:

Aluna 1: Poxa, minha mãe é guerreira, trabalha em vários lugares, acorda na madrugada e já deixa tudo pronto lá em casa, só volta de noite do trampo, fico em casa estudando (Estudante, 13 anos, sexo feminino).

Aluno 2: Rapaz, na moral, ela me dá tudo que eu quero, minha coroa é de boa, não se mete em minhas paradas, mas eu amo minha “véinha” (Estudante, 14 anos, sexo masculino).

Aluno 3: Já aprontei muito, fui até preso e tomei “pau” dos “gambé”, mas minha mãe sempre comigo; nunca me abandonou (Estudante, 15 anos, sexo masculino).

Aluna 4: Meu padrasto pega muito no meu pé, tudo é porrada lá em casa, às vezes ele bate em minha mãe também, eles bebem muito e ficam agressivos, fico muito triste (Estudante, 12 anos, sexo feminino).

Contrapondo tais reflexões acima temos um entendimento quase uníssono dos professores entrevistados, quando indagados sobre o porquê das variadas práticas de violência por parte do aluno na escola. E em suas relevantes falas, apontam que a maioria dos problemas dos alunos oriunda-se de uma estrutura familiar precária e frágil. Diferentemente dos alunos que em sua maioria avaliam positivamente a célula da família, os professores avaliam-na como a origem principal dos problemas de indisciplina e violência na escola e que tem reflexos em seu desempenho profissional com a turma. Muitos dos professores acreditam que se fossem resolvidos os problemas de âmbito familiar, a escola poderia se dedicar mais especificamente ao que consideram o seu objetivo principal, ou seja, o processo ensino-aprendizagem, como nos foi dito:

Docente 1: Para tentar ajudar desenvolvemos projetos e atividades sobre a realidade e conscientização, mas ainda é muito pouco; a escola sozinha não vai dar conta, precisamos ter parcerias institucionais.(Professor, 18 anos de magistério).

Docente 2: precisamos em especial da família, de ter seu envolvimento com as atividades da escola, pois ela não se preocupa com o filho que coloca aqui dentro, aí fica mais difícil ainda. (Professora, 25 anos de magistério).

Para muitos professores que participaram nos grupos focais, a família encontra-se distante e negligente com os filhos na escola e em outros momentos da vida do aluno, tentando compensar essa ausência não cobrando, não impondo limites ao adolescente; contudo, a escola também aparece nas falas com sua parcela de responsabilidade não estando isenta totalmente:

Docente 1: Para mim as atitudes e reações violentas ocorrem devido a conflitos vividos pelos alunos principalmente em casa, nas relações familiares conturbadas e pela ausência de regras e limites, existe grande permissividade dos pais, mas também a escola tem culpa porque passa a mão pela cabeça (Professora, 26 anos de magistério).

Docente 2: A bem da verdade; diálogos sobre violência aqui na escola entre o corpo docente são muito poucos, fazemos projetos no geral, mas voltados direto para isso são muito pouco, até mesmo porque temos medo, e te digo mais: aqui temos meninos que são líderes de boca, com 14 anos, 13 anos; a gente tenta lidar com a situação assim; a gente não envolve polícia, pois o ambiente, o espaço em que a escola está não permite isso (Professor, 20 anos de magistério).

Docente 3: A gente tem que usar a condição que tem, tipo: nem a gente chama tráfico para resolver problema de aluno nem chama a polícia, a gente tenta conscientizá-lo, por exemplo: "oh, meu filho, saia disso"; mas o trabalho da escola ainda é muito pouco, muito tímido nesse sentido e temos nossas mãos engessadas, e penso que as famílias desses meninos mais ainda (Professora, 28 anos de magistério).

Com base no exposto, vale salientar sobre a questão da composição familiar que sempre merece ser observada com cuidado para que não haja equívocos na análise ou que se impute o erro de trabalhar a desgastada noção de família desestruturada como uma das principais causas da violência e de problemas correlatos na sociedade brasileira (Ribeiro e Ribeiro, 1993).

Deve-se reconhecer, portanto, que houveram mudanças significativas nos modelos familiares. Segundo o IBGE (2011), mais de um terço das uniões existentes no Brasil, na ocasião do Censo de 2010, eram consensuais (36,4%), o que

representou um significativo aumento em relação à década anterior (28,6%). No período, o número de casados diminuiu de 37% para 34,8%. Outro dado importante que o Censo de 2010 revela é o aumento de famílias chefiadas por mulheres que passou de 22,2% para 37,3%, entre 2000 e 2010, um incremento diferenciado de 59,5%. O percentual de casais sem filhos aumentou de 14,9% para 20,2% e a taxa de fecundidade caiu de 2,38 filhos por mulher para 1,90.

Entre os professores verifica-se pelas falas que existe uma espécie de associação imediata entre os problemas enfrentados em sala de aula como indisciplina, insubordinação e violência com problemas familiares, uma questão sensível, pois pode acarretar em imputar ou estigmatizar a família.

No caso desta pesquisa em especial, para os professores que foram entrevistados, há também a sensação de que os problemas dos alunos e, particularmente a violência, são questões que impactam a escola, mas que também vêm sendo produzidas por ela, tendo também alguns professores algum tipo de relação com a produção de comportamentos violentos. Porém, a família ainda, sim, aparece em várias falas como incapaz de impor limites, um tema talvez que nos exija maior aprofundamento. Algo que, nas palavras das pesquisadoras Ornellas e Radel, podemos assim compreender:

As transformações dimensionais por que passa a família vêm exigindo que o professor aprenda a lidar com novos problemas que deságuam na escola, dentre os quais se destacam os conflitos relativos que o aluno traz da família. Será que há escuta? O novo panorama provoca mudanças na função tradicional da família e na relação ensino-aprendizagem. Entender esses aspectos torna-se importante para o professor que lida cotidianamente com os sintomas que se esboçam na sala de aula devido à história que o aluno deseja contar na sala de aula, mas falta escuta e parece que a violência pode ser uma forma do aluno dizer o que deseja falar. (ORNELLAS E RADEL, 2010, p.46)

Na abordagem quantitativa realizada com 68 alunos do oitavo ano. A maioria (71%) está na escola a menos de cinco anos. A instituição é vista como um local agradável, cuja maioria (69,2%) afirmou gostar muito ou gostar, representando um índice de satisfação regular, tendo, em contrapartida, uma rejeição de 30,1%. Parcela significativa dos alunos avalia que estuda numa boa escola, mas que precisa melhorar na higiene e na limpeza, que oferece ensino de qualidade com alguns professores, conforme dados resposta:

Tabela 3 – Pergunta nº 4 do questionário aplicado aos alunos.

Opinião	Percentual %
Gosto muito	17,7
Gosto	51,5
Nem gosto nem desgosto	26,5
Não gosto	4,2
Total	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Durante os grupos focais, os alunos confirmaram que avaliam a escola como importante espaço para eles, onde se sentem bem, compartilham experiência com os colegas, fazem amizades e se distraem.

Aluna 1: Vou para escola por causa dos “babas” (partidas de futebol) não perco uma (Estudante, 14 anos, sexo masculino).

Aluna 2: A escola é bacana, a professora de matemática ensina a gente com música e conversa com a gente (Estudante, 15 anos, sexo feminino).

Aluna 3: Quando eu estou de bobeira, eu desço para cá, sempre tá rolando algo, ou fico zoando por aí (Estudante, 13 anos, sexo feminino).

Percebemos que, apesar deles considerarem a escola como um local em que ocorre situações de violência, sempre que desejavam estavam por ali. Agora quando solicitados a responder sobre o que a escola tem de melhor, os itens referentes à estrutura, professores, aulas, atividades extraclasse, no entanto, foram mal avaliados pelos estudantes. Os alunos se mostraram relativamente satisfeitos com a escola, tendo como principais qualidades os amigos, a merenda e o horário do intervalo e o trabalho de alguns professores, observemos os dados abaixo:

Tabela 4 – Pergunta nº 4 do questionário aplicado aos alunos.

Opinião	Percentual
Aulas	15,6
Atividades extraclasse	12,0
Recreio/Intervalo	18,0
Merenda	21,0
Amigos	23,0
Professores	10,1
Total	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Ressaltando que alguns alunos se remetem ao ensino da escola como bom, porém a estrutura escolar, os professores e a estrutura física receberam muitas críticas em suas falas:

Aluna 1: A nossa escola eu gosto, mas às vezes falta professor demais, o banheiro fica quebrado e fedendo, fora isso e as chatices, eu acho minha escola legal (Estudante, 15 anos, sexo feminino).

Aluno 2: Acho massa os torneios que sempre tem. A gente sai da escola, vai jogar fora, é massa, por isso eu gosto é da galera também, da resenha (Estudante, 13 anos, sexo masculino).

A escola não deixa de ser, portanto, para os alunos, um espaço importante para a construção de novas amizades, de trocas de experiências, de contatos com pessoas da mesma faixa etária, mas não, necessariamente, espaço educativo. Dessa forma, ao questionarmos os estudantes sobre o que a escola tinha de pior, as respostas confirmaram as respostas dadas na questão sobre o que a escola tinha de melhor. As aulas, as atividades extraclasse e os professores representavam os itens com maior rejeição dos estudantes, vejamos a seguir:

Tabela 5 – Pergunta nº 5 do questionário aplicado aos alunos.

Opinião	Percentual %
Aulas	26,8
Atividades extraclasse	23,0
Recreio/Intervalo	10,2
Merenda	5,8
Amigos	3,2
Professores	19,6
Nada	1,4
Total	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Solicitamos aos participantes falarem sobre como percebem, conceituam e vivenciam a violência em seu cotidiano na escola ou na vida. Partimos do pressuposto da experiência social, cunhada pelo sociólogo francês Dubet (1996, p. 103) sobre experiência social que não pode ser vista como um fluxo de sentimentos

e emoções, haja vista não representar a expressão de uma individualidade justamente por ser socialmente construída, ou seja, o que se conhece da experiência é aquilo que é narrado sobre ela pelo ator. Os discursos dos atores envolvidos na pesquisa, no entanto, expressam as categorias sociais da experiência.

Falava-se muito dentro dos grupos sobre discussões entre meninas, as quais os alunos consideravam mais “brigonas”, “agressivas”, levando em consideração as agressões verbais, umas com as outras. Outro fato que nos chamou atenção foi em relação ao termo bullying, apesar de ser um tema tão presente na mídia pouco se ouviu falar nos grupos, sendo a palavra violência o de uso frequente.

Dessa forma, nos grupos focais questionamos o que é violência, visando obter respostas sobre suas vivências, experiências e opiniões. Quando pedimos que conceituassem violência, muitos alunos tiveram dificuldade em fazê-lo, mas foram objetivos no sentido de nomear as práticas que consideravam violência:

Aluno1: Sei lá, acho que para mim a violência não é algo legal, uma coisa que não deveria existir na escola, tem muito empurra, empurra no intervalo; a galera fica colocando apelido, aí o colega perturba, a gente até fala com o professor e direção, mas mesmo assim continua, aí termina sempre em brigas.

Aluno 2: A gente vem para a escola para aprender e não para brigar! Não deveria ter espaço para briga; na hora do intervalo é quando mais acontece, às vezes fico na sala mesmo, evita muita coisa.

Ao passo que os professores dizem ter sérias dificuldades para disciplinar os alunos, pois acreditam que hoje várias instituições têm problemas para abordar o aluno. Muitos culpam o que denominam excesso de direitos. Alguns acham que as leis, como o E.C.A. (Estatuto da Criança e do Adolescente) retiram a autoridade de pais e dos professores, conforme a fala de docentes participantes, a respeito da indagação sobre a escola estar sem domínio dos alunos.

Docente 1: Na escola de ontem, ave-maria, existia era uma só regra, uma doutrina que a escola, a família, o aluno, o professor, a Sec. de Educação, todos seguiam e sabiam qual era, com as modificações que ocorreram, cada segmento tem uma regra diferente, a escola tenta impor algo para o aluno, mas a Sec. de Educação não concorda, e a família muito menos, pois sem informação, fica contra, o que gera uma falta de respeito, com a

educação, com o docente, com as regras da escola (Professora, 25 anos de magistério).

Docente 2: Antigamente, por exemplo, era raro alguém ver um aluno com bebida na escola, hoje é a coisa mais comum e quando se proíbe gera reações de violência. Antes se respeitava a figura do professor, hoje em dia, isso não existe mais, aluno manda professor ir tomar no c*. E aí o que eu faço com esse aluno? Levo na direção, que também está de mãos atadas (Professora, 19 anos de magistério).

No questionário fizemos perguntas acerca dos estudantes avaliarem como violência determinadas práticas. As ofensas verbais e as brigas foram consideradas pela grande maioria um ato de violência, como sinaliza destaque abaixo.

Tabela 6 – Pergunta nº 6 do questionário aplicado aos alunos.

Opinião	Percentual %
Sim	74,0
Não	26,0
Total	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Muitos disseram, nos grupos focais, que tais atos são corriqueiros no dia a dia da escola. Sendo relatados episódios de brigas de alunos com alunos, de aluno agredindo verbalmente ou fisicamente o professor e, também, foi relatado casos de agressão de professor contra aluno.

Aluno 1: Eu já levei um tapa na cara do professor de educação física.

Entrevistador: Você quer contar como tudo aconteceu?

Aluno 1: Foi assim: eu abaixei próximo à bolsa dele que estava aberta lá na quadra, aí ele viu e se confundiu pensando que eu estava pegando algo dentro da bolsa dele, aí eu falei que não estava pegando nada dele.

Entrevistador: E como terminou tudo isso?

Aluno 1: Fui na direção e tudo, mas não deu em nada, foi um tapa que ardeu meu rosto, viu? Aluno nunca tem razão; os professores estão sempre certos.

Aluno 2: Teve uma vez que umas meninas tocaram fogo no cabelo da menina aqui dentro da escola, por causa de namorado, deu um “rebu da zorra”.

Aluno 3: Tem um caso da professora de geografia que uns meninos de uma sala aí da manhã bateram nela, dizem que foi porque ela reclamou sobre alguma coisa que eles estavam fazendo, aí eles não gostaram e bateram nela, ficou com o olho roxo e não deu mais aula aqui na escola por causa disso.

À luz do autor Debarbieux (2002), parte significativa dos relatos sobre brigas e ofensas verbais observados na abordagem qualitativa podem ser caracterizadas como incivildades. No trabalho de investigação em que o autor francês faz um levantamento acerca de pesquisas sobre violência na escola, na França, ele afirma que tais pesquisas têm revelado a crescente presença da falta de respeito ou da agressão verbal entre profissionais de ensino e alunos. Assim, as queixas dos atores envolvidos na dinâmica escolar estão mais concentradas nas práticas vistas como incivildades do que em agressões físicas que desencadeiam consequências mais sérias.

Para os professores entrevistados, as denominadas incivildades ganham mais destaque sendo a principal forma do que nomeiam violência no espaço escolar. Embora, muitos avaliem que a agressão verbal pode evoluir para a agressão física, como bem observam:

Docente 1: Preciso dizer sobre um caso que marcou sobre essa situação da violência escolar, eu reclamava com o menino, pois ele constantemente destruindo patrimônio público, sempre quebrando porta, carteira etc., eu dizia “meu filho, isso aqui é seu”, mas quanto mais eu falava mais ele fazia pior; um dia fui um pouco mais ignorante com ele e chamei atenção e disse-lhe que iria levá-lo à secretaria para dar uma expulsão nele, no outro dia ele voltou com um 38, aí ele me perguntou “prof., o senhor não vai reclamar comigo?”. E deixou a arma bem à mostra para eu perceber que ele estava armado (Professora, 20 anos de magistério).

Entrevistador: E então como ficou tudo isso?

Docente1: Naquele momento fiquei com medo, aí disse “não, não, meu querido; fique à vontade, não vou lhe dizer nada”. Logo após este fato, eu pedi transferência imediatamente para outra escola (Professora, 26 anos de magistério).

A maioria dos estudantes quando provocados a responder sobre se entendem ameaças como forma de violência responderam positivamente. As ameaças são

vistas com preocupações tanto pelo alunado quanto pelos professores, no entanto, os dois grupos afirmam que esta prática é observada com certa frequência na escola, com bem demonstra a tabela abaixo:

Tabela 7 – Pergunta nº 7 do questionário aplicado aos alunos.

Opinião	Percentual %
Sim	78,0
Não	22,0
Total	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Em relação às práticas de debochar/zoar, entretanto, a maioria dos estudantes tem opinião semelhante. Embora um percentual significativo de estudantes considerem que a prática seja violenta, pois pode desencadear atos de represálias mais graves ou porque agride de alguma maneira quem está sendo vítima, a maior parte, entretanto, avalia que debochar/zoar está na esfera das ações controláveis e as identificam como processo de socialização e de convivência, algo natural no cotidiano escolar, conforme constatação na tabela:

Tabela 8 – Pergunta nº 8 do questionário aplicado aos alunos

Opinião	Frequência	Percentual %
Sim	21	30,8
Não	47	69,2
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Os alunos entrevistados afirmam que a “resenha” ou “zoação” muitas vezes é apenas um ato de revide, pois avaliam que muitos dos ofensores já sofreram, também, com perseguição de outros colegas e, por isso, reagem ridicularizando outros com palavras agressivas como “baleia”, “orelha de abano”, “viadinho”, “cara de parede chapiscada”, “testa de relâmpago”, “cascão” são os famigerados apelidos utilizados para ridicularizar o outro.

Já relativo às agressões físicas, os alunos afirmam serem relativamente frequentes. Porém muitos disseram que nem toda agressão física é violenta, pois

podem estar em um contexto de simples “brincadeiras”, ou seja, alguns tipos de violência são toleradas entre eles, não acarretando em maiores sequelas e, em outras vezes, há consequências mais severas.

Quando questionados sobre se agressões físicas seriam uma forma de violência, a maioria considerou que sim, mas outro percentual diz que não. Nos grupos focais, alguns consideraram as agressões físicas como não violência, talvez estejam se referindo a este tipo de prática enquanto conflitos que podem ser tidos como algo natural, mas que por outro lado quase sempre foge do controle, vejamos os dados obtidos:

Tabela 9 – Pergunta nº 9 do questionário aplicado aos alunos.

Opinião	Frequência	Percentual %
Sim	48	61,4
Não	20	29,5
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Quando questionamos aos estudantes se o roubo (tipo equivalente ao assalto) e o furto (pegar algo de outra pessoa para si, no escondido, sem ninguém ver) tratam-se de uma forma de violência, houve claro entendimento nas respostas e todos consideraram tais práticas como violência, nos diz as informações abaixo:

Tabela 10 – Pergunta nº 10 do questionário aplicado aos alunos

Opinião	Frequência	Percentual %
Sim	68	100,0
Não	-----	-----
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Nos grupos focais de professores e de alunos foi unânime a opinião que esses tipos de crimes não são muito comuns na escola, mas consideram um problema enfrentado cotidianamente, devido aos desaparecimentos de canetas, celulares, dinheiro e outros objetos. E quando perguntamos aos alunos e às alunas,

a maioria respondeu que já tinha visto ou presenciado em algum momento esse tipo de prática como nos revelam as informações a seguir:

Tabela 11– Pergunta nº 11 do questionário aplicado aos alunos.

Resposta	Frequência	Percentual %
Diariamente	10	14,8
Semanalmente	16	23,8
Mensalmente	30	44,5
Raramente	10	14,8
Nunca	2	2,5
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Outra relevante observação foi que ao transitarmos nos espaços internos da escola, nos chamou atenção a repetição de códigos pichados em paredes externas e internas, pátios, salas de aulas e banheiros. Palavras, siglas e frases de ordem, que expressavam as grafias de: “É nós”; “Atitude parceiro”; “Bota cara campinho”; “Luto e luta”; “M.P.A.”; “M.P.A. no comando”, questionamos o que significava “M.P.A.” nos disseram: “Mercado do Povo Atitude, a facção que domina, aqui no bairro”; tal sigla era muito presente na escola. Percebemos ali expressões que correspondiam ao alcance do poder do tráfico de drogas, da afirmação de territórios nas disputas por “bocas de fumo”, na disseminação do medo e cooptação para a vida do crime, todavia ainda que o cerne deste estudo seja outro, cabe mencionar a triste constatação.

Suscitamos então acerca de outra expressão que se traduz no ato de pichar a escola, riscar parede, portas e carteiras; uma prática condenada pela quase totalidade dos alunos que participou dos grupos focais, vista como um ato de incivilidade e de atentado ao patrimônio escolar. Um ato que deixa a escola com aspecto sujo e de abandono fazendo com que os alunos e professores sintam-se em ambiente desvalorizado; diante da complexa realidade que se faz presente no cotidiano escolar nos disseram o seguinte em face da questão abaixo:

Tabela 12– Pergunta n° 12 do questionário aplicado aos alunos.

Opinião	Frequência	Percentual %
Sim	51	75,0
Não	17	25,0
Total	68	100

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Assim, no espaço escolar a pichação, também, surge como expressão ou forma de protesto de alunos nos banheiros, nos pátios, nos corredores e, nem sempre, há uma solução fácil que concilie a expressão e a preservação do patrimônio segundo padrões estabelecidos como aceitáveis; isso nos chama a atenção para a necessidade de se olhar para o ato de pichar para além do vandalismo e para uma ação que desencadeie destruição de algo. Em consonância com outras experiências educacionais, preconiza-se a urgência de envolver os alunos em práticas outras em que a pichação seja analisada como pertencimento ao grupo e ao coletivo.

Acrescentando-se que tais atos trazem em si perspectivas que denotam assuntos como: sexualidade; namoro, paquera e disputas românticas; vínculos religiosos; filiações a grupos musicais; territorialidade, apologia ao uso de drogas e violência. Além disso, as pichações nas paredes e nas carteiras podem nos revelar aspectos da cultura escolar e das suas experiências o que dizem respeito as historicidade das experiências dos jovens. Contudo a prática de pichação além de ser considerada como uma forma de expressão e de comunicação, também é vista enquanto depredação escolar.

Indagamos os estudantes sobre a frequência com que presenciavam ou observavam episódios de pichação na escola, verificamos que a maioria (66,2%) já tinha em algum momento presenciado ou tinha conhecimento sobre a prática, informações a seguir:

Tabela 13 – Pergunta n° 13 do questionário aplicado aos alunos.

Resposta	Frequência	Percentual %
Diariamente	41	60,2
Raramente	16	23,8
Nunca	8	11,5
Não informado	3	4,3
Total	68	100,0

Cabe informar que pichação se trata de crime previsto na legislação brasileira, considerada vandalismo e crime ambiental, nos termos do artigo 65 da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), que estipula pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa para quem pichar, grafitar ou por qualquer meio conspurcar edificação ou monumento urbano. Uma prática que surge na cena urbana do país no contexto das manifestações contra a ditadura civil-militar instaurada em 1964, como forma de protesto ao regime. Nesse período, a criminalização estava atrelada ao próprio conteúdo ou sentido das palavras escritas em muros, fachadas de prédio, postes e outros equipamentos públicos e, não, ao possível dano ao patrimônio.

Levando avante a presente pesquisa, inquirimos aos alunos nos grupos focais se consideravam violência a destruição de objetos da escola, houve claro consenso, praticamente a maioria respondeu que consideram violência e um pequeno percentual com opinião contrária.

Tabela 14 – Pergunta nº 14 do questionário aplicado aos alunos.

Opinião	Frequência	Percentual %
Sim	61	89,8
Não	7	10,2
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Pesquisas desenvolvidas pela UNESCO (2015) e por Abramovay (2003), abordam ser necessário se estabelecer entendimentos entre os conceitos de violência, agressão e incivildades para sobretudo diferenciar atos intoleráveis daqueles com os quais pode haver maior controle e negociação. Os estudos desenvolvidos por autores franceses vêm sendo exitosos em compreender melhor o fenômeno da violência no espaço escolar. Esses esforços implicaram em olhar e compreender a escola em sua totalidade e em suas próprias contradições, nas formas de interações positivas e negativas, tomando atenção para as diferentes realidades escolares, levando em consideração códigos e normas definidas nas realidades em que as escolas estão inseridas.

Seguindo com as análises, mas agora já apontando que jovens são um grupo etário que se adaptou rapidamente à utilização das novas tecnologias, linguagens e

recursos do mundo digital, muitas vezes, em demasia, destaca-se, portanto, em geral o uso em profusão de celulares, causando constrangimentos nas interações sociais. E no espaço escolar não é diferente, as escolas precisaram criar normas internas para o uso de aparelhos móveis visando evitar excessos e abusos por parte dos estudantes.

Nessa sequência perguntamos aos estudantes sobre a relação entre violência e redes sociais. A maioria considerou que se trata de ação violenta postar imagens e textos sobre uma pessoa sem sua autorização, afirmando que muitas brigas já aconteceram por causa disso, como nos mostra a tabela a seguir:

Tabela 15 – Pergunta nº 15 do questionário aplicado aos alunos.

Opinião	Frequência	Percentual %
Sim	47	69,3
Não	18	24,2
Não informado	3	4,3
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Nesse sentido, quando se postam determinadas mensagens para muitas vezes falar sobre determinado colega, a ação é vista inicialmente como brincadeira, mas quando seu nome ou imagem é exposta, a pessoa se coloca em situação de constrangimento e analisa tal situação como abusiva, agressiva e violenta, conforme as falas abaixo:

Aluna: Já aconteceu comigo, sim; minha mãe ficou p. da vida, foi uma “barra da poxa”.

Entrevistador: Você pode dizer como foi?

Aluna: Uma menina aqui da escola raqueou meu facebook e colocou um montão de foto de outra menina pelada com o rosto escondido, mas que parecia comigo fisicamente, dizendo que era eu e que eu tava doidinha para dar.

Entrevistador: Mas e depois como ficou tudo isso?

Aluna: Foi horrível, eu até briguei com ela e além disso os meninos da escola ficaram um tempão mexendo comigo, dizendo que eu dava por um real. Aí minha mãe correu atrás, deu queixa e tudo, aí a menina vazou, saiu até daqui, acho que nem mora mais na cidade!

Por outro ângulo de observação os professores também se queixaram do uso excessivo de aparelhos celulares na sala de aula, que, segundo suas análises, dispersa, atrapalha a aula e prejudica os que querem alguma coisa. Avaliam negativamente, pois consideram que há desinteresse por parte deles no conteúdo das disciplinas. Havendo grande interferência negativa também no comportamento e aproveitamento, conforme a seguinte narrativa:

Docente 1: Mas claro né, tem daqueles que aparecem com uns aparelhos caros, ficam se exibindo e interferindo muito na sala o tempo todo, são aparelhos que a gente não tem nem condições de ter, aí a gente se pergunta de onde esse menino tirou isso; a gente sabe que muitos são envolvidos com boca de fumo, já foram até presos, e eu vou fazer o quê? Arrancar o celular do menino? Para amanhã ou depois ele fazer uma arte comigo ou com alguém da minha família? (Docente, 12 anos de magistério).

Docente 2: Eu moro aqui no bairro, já estou perto de aposentar; colaborei muito com a educação, eu reclamo, mas não interfiro muito, já levei para direção, coordenação e tudo mais, mas todo mundo acaba temendo represálias, mas fico triste com eles, a gente precisa fazer algo urgente (Docente, 22 anos de magistério).

Docente 3: A gente entra na sala para dar aula e disputa com esses aparelhos aí a atenção do aluno, isso faz a gente perder um tempão explicando o assunto e chamado a atenção deles, daí começa os respondões e os gaiatos colocarem as unhas de fora e nos desrespeitar mesmo. Já teve casos de certos alunos ficarem esculhambando professor pela internet, fazendo piada e denegrindo a escola (Docente, 18 anos de magistério).

Provocando os estudantes a responderem sobre a experiência de práticas consideradas abusivas pelas redes sociais, as respostas mostram um processo de interações que, muitas vezes, podem extrapolar para situações de conflitos mais preocupantes. Apenas 11,4 % dos alunos revelaram que nos últimos doze meses não viram ou não observaram nas redes sociais quaisquer situações que

envolvessem xingamentos ou brigas de pessoas do seu ambiente escolar, conforme demonstração:

Tabela 16 – Pergunta nº 16 do questionário aplicado aos alunos.

Resposta	Frequência	Percentual %
Sempre	42	61,4
Raramente	18	24,2
Nunca	8	11,4
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

No compasso dos trabalhos, foram surgindo muitas questões e discussões sobre drogas e foi suscitado com ampla frequência nos grupos focais. Percebendo-se que, mesmo espontaneamente, faziam uma relação entre drogas e violência e assim o assunto fez parte do questionário. Quando solicitados a responderem sobre possível relação entre drogas e violência, a grande maioria dos estudantes responderam que consideram haver uma relação entre drogas e violência (73%).

Parafraseando Fraga, e visando maior entendimento acerca da complexidade do assunto, destaca-se enquanto autor fundamental para que se entenda a relação que foi estabelecida entre crimes e violência; especialista do tema, pesquisador Goldstein (1985) formulou a nomeada teoria tripartite na qual elaborou os três nexos, ou hipóteses, que podem ser estabelecidos entre drogas e violência:

A primeira diz que o efeito produzido pela absorção de uma substância é a causa do comportamento criminal, a segunda vincula o envolvimento com crimes ao custeio da onerosa dependência de drogas, por fim devido à ilegalidade do comércio de drogas sendo que para obter justiça em casos de danos ou para proteger um “mercado” muito lucrativo, muitas vezes serão utilizadas soluções violentas como estratégia de controle (GOLDSTEIN, 1985, p.245).

Por outra ótica a violência do tráfico no Brasil encontra-se também vinculada a outros fatores, como: a grande presença de armas de fogo nas bocas de fumo; a resolução de conflitos pela violência; a disputa constante de expansão territorial de determinados grupos; as estratégias de repressão da polícia e a corrupção policial.

Nesse contexto, a escola, por exemplo, não está imune à violência que se observa em diversas áreas de pequenas, médias e grandes cidades brasileiras. Por

outro lado, a falta de uma política pública eficaz e sólida de enfrentamento do problema faz com que haja o agravamento da situação com o aumento do uso problemático de substâncias psicoativas e o envolvimento de muitos jovens no tráfico de drogas (ZALUAR, 2000, p.186).

As ações sobre uso indevido de drogas aparecem como existentes na escola, mas não de maneira sistemática. Os temas sobre drogas são incluídos no plano de ensino das disciplinas, mas aparecem como iniciativa de alguns professores não tendo uma sistematicidade. De outra maneira, não há programa ou ações de capacitações de professores para tratar o tema em suas disciplinas. Outras atividades como palestras e filmes também são desenvolvidas, segundo informaram professores e alunos.

As manifestações de violência e consumo de drogas fazem parte do cotidiano escolar, ocorrendo tanto dentro da escola quanto no entorno. No entanto, não há uma sistematicidade ou capacitação dos professores para tratarem do tema. No bairro onde está instalada a escola, professores e alunos relataram que o tráfico de drogas exerce intensa atividade, de modo a interferir na rotina da comunidade, uma vez que, segundo os depoimentos, têm ações consideradas violentas. Desse modo, além de problemas internos de indisciplina e violência entre os alunos, há problemas externos causados pela violência e tráfico de drogas.

Vale destacar que a escola se encontra instalada em um dos pontos críticos, delineados pelo Mapa da Violência como área de risco, próxima a áreas de tráfico, algo visto pela maioria dos professores e alunos como um sério problema de segurança pública que afeta indiretamente o cotidiano escolar. Sendo que as ocorrências de violência na comunidade, sejam elas em função do tráfico de drogas ou de crimes, acabam interferindo no desenvolvimento das atividades escolares, como pode ser bem observado em algumas das falas de grupo focal:

Entrevistador: Vocês acham que há relação entre drogas e violência.

Aluna1: Acho que sim, muitos colegas são envolvidos, a galera toda da escola sabe quem é quem, aí tipo, quando chega algum aluno novo, sempre tem alguma treta, pois eles querem tirar onda e humilhar os novatos, mas isso acontece também na escola toda, sempre tem briga aí na porta entre eles.

Aluno 2: Pergunta boba, todo mundo sabe que tem, mas ninguém faz nada, aqui na escola essa galerinha faz terror, porque tem parentes do mal e são de lá de dentro também.

Ao questionarmos a responderem a grande maioria dos alunos associam as drogas e suas consequências enquanto fator de destaque ao contexto de violência no ambiente escolar, conforme dados abaixo:

Tabela 17 – Pergunta nº 17 do questionário aplicado aos alunos

Opinião	Frequência	Percentual %
Sim	58	85,2
Não	8	11,4
Não informado	2	2,4
Total	68	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor desta pesquisa.

Tratam-se de respostas curiosas não só por terem associado drogas com violência, mas também porque a discussão do tema na sociedade brasileira e a cobertura da mídia também apontam para um tráfico de drogas com características violentas na sociedade brasileira, um contexto mais do que comprovado pelas narrativas adquiridas.

Ressalta-se que os professores reconhecem ter dificuldades para abordagem do assunto em sala de aula, além do medo, eles reconhecem que o conhecimento que possuem sobre o assunto é superficial. Alguns professores, entretanto, buscam abordar a temática no conteúdo de suas disciplinas, mas, admitem, não são detentores de um conhecimento sistematizado que possa abraçar com precisão tal complexidade, conforme a transcrição abaixo:

Docente 1: O tráfico de drogas é o que mais tem na escola, aqui então em todos os turnos temos casos, isso principalmente torna essa garotada muita violenta, pois não querem seguir regras, nem obedecer, dão pouca importância à escola, a gente se esforça, tenta contato com a família, eles não atendem telefones nem as nossas convocações e te afirmo: nós não temos condições de lidar com esses meninos. (Docente, 16 anos de magistério).

Docente 2: Para início de conversa todos aqui sabem; a Secretaria de Educação é omissa aqui na escola, bolamos um projeto para atender os alunos em cumprimento de medidas socioeducativas e eles vetaram, pois alegaram que iria mexer na carga horária, calendário escolar; então, ela não

está pensando na formação, mas, sim, na questão burocrática; tem que seguir é isso aqui, senão será penalizado, vai ter ocorrência; mas e os indivíduos que estão aqui dentro, os meninos que estão passando por cumprimento de medidas, os indisciplinados, os violentos, e principalmente os casos envolvendo drogas, e nós professores que estamos no dia a dia com este aluno, como ficamos? Por isso a Sec. de Educação é omissa. (Docente, 18 anos de magistério).

Docente 3: Sabemos que existe consumo de drogas dentro da escola, eu já presenciei várias vezes, peguei aluno com droga na mão, arma de fogo, arma branca, no diurno; além das ameaças constantes, a escola tornou-se um ambiente mais fácil para o acesso, devido ao fluxo de pessoas eu acho. Uma iniciativa para enfrentar tal realidade consiste, sem dúvida, em mais parcerias com a própria ronda escolar da Polícia Militar, que sempre visita a escola, e de outras instituições que fazem palestras aqui na área de saúde, etc., enfim, penso que temos que reforçar isso. (Docente, 22 anos de magistério).

Vale refletir que, sejam substâncias legais ou ilegais, percebe-se a necessidade de se trabalhar informações dentro de abordagens sem preconceitos, mas bem fundamentadas, afim de que os jovens possam melhor lidar com as drogas ilegais ou não, seus efeitos e complicadores.

Segundo o Global Drug Survey (GSD) 2015 (GDS, 2015), as drogas mais utilizadas no Brasil são, por ordem decrescente: Álcool (84%), energéticos (61%), maconha (50%), pastilhas de cafeína (49%), tabaco (41%), LSD (19%), tabaco narguilé (18%), cocaína (13%) e ecstasy (12%). Entre os alunos que disseram fazer uso ou ter experimentado alguma substância psicoativa, o álcool (52%), a maconha (36%), os anabolizantes (5%), o tabaco (18%), o crack (4%) e a cocaína (3%) foram as drogas mais citadas.

Constatamos, assim, o álcool enquanto droga lícita mais utilizada ou experimentada por aqueles estudantes que já fizeram algum tipo de uso, enquanto a maconha é a droga ilegal mais experimentada ou usada, coincidindo com os dados da pesquisa do GDS para o Brasil.

O bairro, em especial o entorno da escola, foram apontados por muitos estudantes como locais onde há a presença de venda e uso de substâncias psicoativas, legais e ilegais. Quando perguntamos se eles tinham conhecimento da existência de comércio e uso de alguma das substâncias psicoativas a maioria disse

que sim (75%), mas também disseram que não sabiam (25%); do montante de 68 estudantes que participaram desse estudo.

Contudo a escola, também, foi citada por muitos como local de consumo de substâncias psicoativas. Do total de estudantes que responderam ao questionário, 63% revelaram que já viram ou souberam de episódios de consumo de drogas no interior da escola. Dos respondentes, 27% revelaram o local onde ocorre o consumo. Os que se prontificaram, apontaram o banheiro (55%), o pátio (20%), a quadra (13%), a sala de aula (10%) e a portaria (2%) como os principais locais onde são usadas as substâncias. Em relação às drogas que são mais consumidas nesses locais, o álcool (65%), a maconha (30%), o crack (3%) e a cocaína (2%) foram as mais citadas.

Essas respostas dadas pelos estudantes revelam o quanto as drogas fazem parte de seus cotidianos, sejam no âmbito escolar ou na comunidade em que vivem. Parte deles ou vivenciam ou tem conhecimento das drogas comercializadas ou que são mais consumidas, por isso, falar sobre drogas no sentido pedagógico trata-se de tarefa importante e deve ser assumida pela escola, pois se trata de espaço de ensino-aprendizagem por excelência de natureza social e jurídica.

Entretanto, diante de todo esse cenário, mesmo que já se falasse em uma crise na escola, abarcando suas inovações pedagógicas, o problema da violência escolar, considerado um dos pontos desta crise, parece uma questão recente, uma problemática nova, em termos cronológicos e que merece uma maior atenção, todavia precisamos rememorar qual a origem dessa escola e sua estruturação remota e de um suposto caráter vigente.

De acordo com Barrere (2006, p.96), o formato escolar pode ser compreendido como uma configuração particular, nascida na França urbana, no final do século XII que, apesar dos desvios, está presente na atualidade. Essa configuração corresponde à articulação de uma relação pedagógica, de uma relação no espaço e no tempo, enfim, de uma relação com o saber indissociável da relação com a escrita, sustenta a reflexão.

Desde sua configuração, a escola nas sociedades ocidentais passou por transformações, mas é a partir do século XX, quando há uma expansão de novas pedagogias e dos métodos ativos, bem como de uma maior atenção dada à infância pela psicologia, que a escola passa a ser concebida de outra maneira, uma nova visão, que transpõe os muros da instituição.

Neste período outra transformação também se faz presente na escola, a transição de um modelo de escola de elites para um de massa, o que traz alterações no papel e estatuto dos professores. Este processo de democratização do acesso à escolarização foi acompanhado por movimentos de defesa a processos educativos menos autoritários, onde a participação do aluno passa a ser incentivada. Tal processo, além de benefícios, trouxe a ideia de desorganização e perda de autoridade dos docentes.

No Brasil, a partir da Emenda Constitucional n. 24 (1983), a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) dá-se início a um processo de flexibilização do modelo educacional, da inclusão da diversidade do alunado e da aceitação da pluralidade pedagógica nas escolas públicas, representando amplo acesso de um contingente de estudantes oriundos dos segmentos empobrecidos da sociedade, sobretudo no ensino fundamental e, mais recentemente, no ensino médio, atingindo uma cobertura quase que universal da população na faixa etária de 7 a 14 anos (Leite, 2008, p. 36).

Ao observarmos as periferias brasileiras, bem como no interior do país, percebe-se o quão a universalização do acesso à escola não significou a democratização do ensino. Novas hierarquizações foram estabelecidas e os alunos com sua capacidade reflexiva sabem que as escolas destinadas a eles não lhe proporcionam o mundo prometido. Assim como sabem avaliar bem a diferença entre uma boa escola e de uma escola desvalorizada.

Autores como Chrispino (2007) defendem que a democratização ou massificação da educação no Brasil teve dois aspectos importantes, porém paradoxais, se por um lado garantiu o acesso dos alunos menos favorecidos à escola, por outro expôs a escola a um contingente de alunos cujo perfil a mesma não estava preparada para receber.

Pode-se deduzir que com a democratização do ensino foi incorporado, no mesmo espaço, alunos com diferentes vivências, expectativas. Contudo não houve uma preparação a priori dos docentes e das estruturas institucionais para receber esta nova demanda, como muito nos coloca o autor abaixo:

A massificação da educação trouxe um novo conjunto de alunos para uma escola que se manteve estática na rotina e na relação, produzindo um descompasso entre o aluno real e o aluno que se imagina ter. A escola não acompanhou a mudança do perfil dos alunos que agora são distintos, diversos e divergentes. Os professores em atividade não foram preparados para solucionar estes conflitos criados pela diversidade de alunos (Chrispino, p.2, 2007).

Ao pensarmos que nenhuma política pública pode ser proposta, em um contexto dominado por debates de abertura e de consolidação democrática, sem levar em conta fatores que favorecem ou não sua implantação, notamos a pujante necessidade de propostas estruturantes que possam reduzir os contextos de violência escolar que eclodem em inúmeras escolas.

2.5.2 PERCEPÇÃO DE REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS

No sentido de aprofundamento para informações mais apuradas realizou-se também, entrevistas aprofundadas, semiestruturadas, compostas por itens abertos realizados com gestores públicos, representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e de órgãos voltados à proteção e defesa dos direitos infanto-juvenis, de modo a tentar compreender as possibilidades de articulação entre as políticas públicas implementadas versus o contexto da violência escolar, assim como o entendimento dos mesmos sobre o tema.

Em busca de melhor percepção da problemática estudada, assim como das propostas de prevenção e enfrentamento do problema aqui trabalhado, foi proposto inicialmente colher informações por meio de entrevistas com instituições pertencentes ao SGD (Sistema de Garantia de Direitos) do município de Porto Seguro-BA, mas devido aos reveses e impasses em reagendamentos, conciliação de tempo e disponibilidade de determinados gestores que iriam participar, conseguimos apenas a efetiva participação de dois segmentos chaves no que tange ao alcance da pesquisa, a saber: a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Tutelar, sendo realizadas entrevistas com representantes de cada instituição, em momentos separados, a partir de questões semiestruturadas.

Voltando-se primeiramente para a Secretaria Municipal de Educação procedemos com as entrevistas e adotamos as seguintes indagações ao representante do órgão, a Superintendente em Educação do município, a senhora Vitoria Alda, inquirimos:

1. Quais são as consequências da violência escolar?

R: Entendemos que a criança ou o adolescente, vítima de violência, apresenta mudanças bruscas de comportamento, agressividade, falta de

atenção, baixa autoestima. Os atos de violência deixam sequelas no desenvolvimento do educando no dia a dia, mas também se evidencia que as consequências são diversas, especialmente no fator aprendizagem e isso dificulta a interação sadia entre professor e aluno, mas o que quase sempre vem na mente do aluno depois que pratica algum ato é apenas que vai ser suspenso ou transferido para outra escola, ele se entende e nem se ver como responsável pelos seus atos. As ocorrências são inúmeras, acontecem e chegam aqui, seja pela vítima ou pelo autor, o caso quando foge dos domínios da escola, chega aqui. Não temos um controle de registro desses casos, mas quase sempre os casos são oficiados para o Conselho Tutelar ou Ministério Público. Talvez seja um problema de gestão, talvez, mas veja que o que começa na escola quase sempre continua na rua ou vice-versa. Às vezes vejo que as escolas em si precisam repensar seu papel e suas atitudes; mas para isso tudo acontecer precisa da participação social para deliberar mudanças. A participação dos integrantes de conselhos é ínfima quando se tem algum debate ou reunião, penso que temos muito que avançar primeiro nesse sentido.

2. O que a escola está fazendo para evitar a violência no momento?

R: As escolas do município têm a seu alcance um regimento comum elaborado pela Secretaria de Educação do Município, mas que não é o suficiente para enfrentar a violência, até porque a função da escola é outra, entretanto, volta e meia explode uma situação e aí nós vemos no mato sem cachorro, fico apreensiva, pois as escolas querem respostas e imediatas, mas te pergunto e aí? O que realmente fazer? Mesmo assim posso lhe dizer que as unidades de ensino estão tendo suas decisões e colocando em prática, como, por exemplo, a instalação de câmeras nos corredores da escola para facilitar punição aos vândalos e agressores, realizam palestras com os pais e reuniões individuais com os responsáveis. Promovendo ações como a implantação do programa Mais Educação; que é uma espécie de ensaio para educação de tempo integral, e busca retirar o aluno de situações de risco social. Muitas escolas abrem-se para a comunidade nos fins de semana, promove palestras e projetos, na linha de prevenção às drogas, realizam parcerias com outros órgãos da rede socioinstitucional, enfim, existem iniciativas plausíveis. Mas ainda, sim, penso que a rede educacional carece de um monitoramento eficaz e de uma proposta que possa abarcar a diversidade que hoje estamos inseridos.

Dando continuidade na última questão formulamos o seguinte:

3. Quais os fatores que geralmente originam atitudes ou reações violentas na escola?

R: A violência escolar é gerada por fatores externos: como famílias desestruturadas, narcotráfico, desigualdade e conflitos sociais vivenciados pelos alunos, resulta de outros diversos fatores; a falta de oportunidade social e econômica, o não investimento na qualidade de vida desses sujeitos, podemos dizer que a ausência do estado seja o maior fator.

Observando as falas emitidas pela representante da Secretaria Municipal de Educação, percebemos uma inquietação singular acerca de um contexto de violência escolar que também permeia outras escolas públicas. As questões foram dispostas de modo estratégico, pois versam inicialmente sobre as consequências da violência escolar, quais as iniciativas desenvolvidas e quais as causas, de modo que pudemos claramente perceber as latentes necessidades de propostas voltadas ao campo do enfrentamento, mas também da prevenção, visto que ainda que sejam implementadas determinadas políticas públicas a carência de um programa ou projeto se faz clara, afim de que possa, como bem sinaliza a entrevistada, monitorar o quadro de violência escolar na rede educacional e para além do regimento um conjunto de dispositivos que possam ser acionados de imediato quando ocorrer alguma situação que seja fora do domínio da escola.

Dando seguimento ao trabalho foi realizada entrevista com o Conselho Tutelar de Porto Seguro, considerando-se que o município tem 02 Conselhos Tutelares, um no Centro da cidade e outro no bairro Baianão, cada um com 05 conselheiros. O Conselho Tutelar I foi criado em 1993 e atende a sede, distritos e povoados. Já o Conselho Tutelar II, instalado em junho de 2007, está localizado no bairro Baianão, atende os bairros Baianão, Mira Porto, Sapoti, Mirante Caravelas, Fontana, Cambolo, Cambolino, Parque Ecológico João Carlos, Porto Alegre, Vila Vitória, Ubaldinão e Paraguai. Registra que em 2016 o Conselho Tutelar II, responsável pela área em que se deu esta pesquisa, atendeu a 80 casos que caracterizam de violência escolar, entretanto o acesso para apreciação dessas ocorrências não foi possível devido às autorizações necessárias para tal procedimento.

Ao iniciarmos a entrevista com membros do Conselho Tutelar II, seu colegiado decidiu que a representação do órgão estaria voltada ao coordenador eleito, devido aos impedimentos dos demais (atendimentos, plantões, demandas e reuniões), sendo assim, iniciamos a entrevista com o conselheiro tutelar-coordenador, o senhor Eduardo Santos, e suscitamos, portanto, as seguintes indagações:

1. Há muitos casos de violência escolar que o Conselho Tutelar acompanha?

R: Em relação aos casos de violência escolar existe, sim: agressões físicas, verbais e bullying, uma média de 80 casos por ano, muito pouco perto do que agente escuta por aí, mas nossa dificuldade é que a informação não chega.

2. O município tem alguma proposta de prevenção e enfrentamento contra a violência escolar?

R: O município ainda não apresentou nenhuma proposta, talvez porque quando acontece algo na escola, a escola não comunica, não repassa a situação e olha que existem inúmeros instrumentos legais que poderiam ser acionados; penso que falta informação para a escola, saber como proceder.

3. Qual o papel do Conselho Tutelar diante desses casos de violência escolar?

R: Cabe ao conselho zelar e proteger, mas temos grande dificuldade em entrarmos na maioria das escolas do município, de participar do seu dia a dia, pois somos vistos como agentes punitivos e opressores. Àquelas que conseguimos acesso, realizamos palestras e disseminamos informações, fazendo com que a informação chegue. Mas um grande fator que faz essa realidade frequente, ocorre, pois, nossa estatística é muito fraca, uma vez outra um pai vem aqui e faz denúncia, os casos não chegam aqui, não chegam na polícia ou a quem deveria, sabemos de maneira informal que ocorre estupro dentro de escola, tráfico de drogas, uso de arma de fogo, mas oficialmente não são informados, por isso a nossa política pública fica ineficiente e incompetente por falta dos dados.

Nota-se que existe certo descompasso talvez de natureza institucional entre a fala do Conselho Tutelar e as expressões emitidas pela representante da Secretaria de Educação da cidade, ora narra-se a proporção gritante de casos, ora estima ser algo administrado quando surge, dando a entender que a situação esta totalmente sob controle, mas por outro lado existe uma complementação que se combina,

quando as narrativas confluem para a necessidade da escola revelar-se enquanto segmento que não pode resolver questões que lhe sufoca ou acua, como situações extremas de violência escolar.

Ainda com base no conteúdo exposto podemos perceber pontuações avaliativas sobre determinadas políticas públicas voltadas para a população juvenil da localidade em estudo e do município, ainda que sejam estaques e tímidas. Narrou-se também as implicações no campo da prevenção e do enfrentamento da violência escolar, ou seja, ecoa-se uma urgência em sistematização de ideias e iniciativas plausíveis no intuito de ir a campo para reduzir o que se apresenta não somente nesta pesquisa, mas sobretudo na escola pública brasileira.

2.6 PRODUTO DA PESQUISA

Antes de tudo sabemos que não existem respostas prontas e acabadas para transformar uma determinada realidade, mas podemos elencar caminhos a serem abertos com muito trabalho, seriedade e compromisso.

O título deste trabalho **Violência na escola e os antagonismos das ações públicas para a sua redução em Porto Seguro–BA** faz jus ao que se objetivou durante todo o percurso, no sentido de que a escola não pode vir a posicionar-se tão somente no campo da oposição ou sufocar-se com os recorrentes conflitos que desembocam em inúmeras mortes, lesões físicas e emocionais decorrentes de situações de violência, pelo contrário deve-se inserir no contexto um estratégico enfrentamento e, assim, ultrapassarmos a simplória intencionalidade da educação tradicional centrada no desenvolvimento do indivíduo e na transmissão cultural.

Porém para isso precisamos ter em mente que vivemos na era contemporânea, vivemos em condições de adversidades complexas, tais como: violências, guerras, conflitos políticos, fome, pobreza, doenças e crueldades. Sendo assim, educar pessoas nessa realidade que se potencializou para outras dimensões como a simbólica, a multifacetada, a virtual, dentre outras, exige um pensamento crítico e reflexivo em alerta constante sobre o contexto em que vivemos e a necessidade de nos qualificarmos para de fato e de direito tornarmos a escola elemento protagônico no plano das políticas públicas, da intervenção na realidade da violência escolar.

Por isso, para além de suscitar funções específicas de obtenção de dados no âmbito da escola participante da pesquisa. A proposição interventiva do referido estudo, traz enquanto proposta, uma contribuição para releitura do contexto social, tecendo junto à comunidade escolar formas de gestão de seus conflitos e dinâmicas de reflexão democrática dos mecanismos de aplicação de controle no que tange à prevenção e ao enfrentamento do fenômeno da violência, a partir das informações obtidas pela pesquisa.

Visto que enquanto produto e efetivo mecanismo de transferência e crítica dos seus resultados, preconiza-se a realização de um **Seminário interno na unidade de ensino atrelada ao estudo** que envolva os atores da pesquisa e toda comunidade escolar no sentido da publicização do conteúdo e visando ao mesmo tempo estimular reflexões acerca da elaboração de instrumentos voltados ao auxílio da escola na projeção de planos, ações ou atividades interventivas no campo da prevenção e do enfrentamento da violência no ambiente escolar.

No decorrer da exposição, a palavra será franqueada sempre que solicitada, pois considera-se de suma importância e muito salutar para o enriquecimento do trabalho a devolutiva dos interessados, sendo realizados registros de foto filmagem para as devidas divulgações, mediante a autorização dos participantes, em suma, busca-se com o presente produto instrumentalizar os sujeitos do ambiente escolar acerca dos conceitos aqui trabalhados. No trajeto desta ação tenciona-se propor à escola sugestões de diálogos sobre; fluxo de atendimento, monitoramento e banco de dados relativo aos casos de violência que ocorrerem em seu cotidiano, assim também como a possibilidade de se estabelecer estreitas parcerias institucionais com órgãos do Poder Judiciário como Conselho Tutelar II, para auxílio nas ações a serem pensadas e que a escola possa vir a desenvolver, incluindo diretamente todos os segmentos que lhe estrutura como o grêmio estudantil, o conselho escolar, funcionários e voluntários com o intuito de avaliar os procedimentos adotados e principalmente seus efeitos.

Por fim, idealiza-se também o fomento a uma estruturação de comitê gestor para ações voltadas ao enfrentamento e à prevenção da violência no ambiente escolar, desejando-se uma estimulação natural ao frequente diálogo entre escola e segmentos sociais, pois os mesmos de maneira comum se encontram aturdidos diante dos espantosos casos angustiantes e intimidatórios de violência escolar, para

os quais não foram preparados para enfrentar, até mesmo porque se trata aqui da contemporaneidade, seus desdobramentos, complexidades e gargalos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Apreciando o enredo de tais escritos nota-se que para entender o fenômeno da violência escolar se faz preciso levar em consideração distintos elementos externos e internos à instituição de ensino, como as questões de gênero, relações raciais, mídia e as mais distintas estruturas sociais na qual a escola está inserida, assim também como singularidades conforme idade e série, nível de escolaridade, os regramentos implementados, o tratamento dos professores para com alunos e do aluno com o professor, mas, sobretudo, o norte que a escola propõe dar a tal realidade.

O caráter inovador deste trabalho objetiva firmar-se desde o primeiro instante não somente enquanto uma nova compreensão do fenômeno da violência escolar, mas também no sentido de estimular o exercício protagônico da ação comunicativa dos próprios atores para resolução de seus conflitos; mediante apreciações dinâmicas, de regras coletivas substanciadas pelo próprio controle social escolar, por meio de seus mecanismos de organização e hierarquização, bem como o fomento para maior participação de elementos externos à escola – Conselhos Tutelares, Família, ONGs, instituições públicas com atuações temáticas.

Até o presente instante podemos entender que a diversidade cultural e a dimensão política das representações sociais alimentam a necessidade de uma educação cidadã de fato e de direito, que se repense e que mobilize os atores envolvidos numa prática compromissada e responsável diante dos casos de violência escolar enfrentados. A necessidade de guarnecer os atores sociais se projeta aqui com máxima prioridade para desenvolver capacidades na identificação dos tipos de violência na escola e, conseqüentemente, balizar seus mecanismos interventivos.

Trata-se de um anseio que consiste em promover uma intervenção dialógica, com aplicação de diferentes tecnologias educacionais e sociais integrando ativamente; comunidades e escola. Buscando-se com o debate, mais especificamente, possibilitar que as escolas possam mediante reflexão mais aprofundada, integrar alunos, muitos dos quais evadem, pois não se identificam com

o espaço escolar. Para tais ideias melhor serem redigidas, poderia a escola possivelmente levantar junto à comunidade escolar informações, dúvidas, práticas e representações sobre a violência escolar para profícuas discussões a respeito da mesma e formas salutares de intermediação de conflitos inerentes hoje à escola.

O contexto demanda reflexões complexas, sabemos sobre a adequação de respostas da escola ao cenário da violência em seu interior e isto deriva novos problemas e evidencia em seu bojo uma atuação mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada dos profissionais da escola e de outros setores, pois boa parte e por que não dizer a maioria do alunado encontra-se inserido em contextos de violação da dignidade e dos direitos garantidos para a infância e juventude, em outras palavras encontram-se submergidos na seguinte sociedade:

A liberdade é licença para se fazer o que se quer, a igualdade é promiscuidade e injustiça porque trata da mesma maneira o igual e o desigual, a participação é demagogia, a correção dos costumes é uma falsa aparência que encobre todo o tipo de corrupção e vício a qualidade das leis não se conserva porque elas são mudadas incessantemente segundo o interesse dos poderosos, não há respeito algum por elas. Filhos desrespeitam os pais, os maridos tratam as esposas como prostitutas e as mulheres tratam os maridos como amantes temporários, os alunos desrespeitam os mestres e estes o ensinam a desrespeitá-los, os condenados não cumprem as penas, os inocentes são condenados enquanto os culpados são inocentados, os cidadãos se comportam como estrangeiros e estes como senhores da cidade” (CHAUI, 2002, p.304).

Um cenário que torna nada fácil conceituarmos violência, um fenômeno aqui já dito enquanto complexo e multicausal, que atinge todas as pessoas, segmentos e povos, sendo também por todos produzida. Mostra-se sob as mais distintas formas, com suas peculiaridades e especificidades; ao longo do texto pudemos perceber que cada termo utilizado para definir a violência conduz a um mundo conceitual cuja moldura determina-se por suas tradições e culturas, pela experiência de vida que cada sujeito carrega e adquiriu, por essa ótica talvez muitas vezes houve aqui projeções de emoções, de inconformidades e inquietação sobre as palavras postas.

Por fim, ao analisarmos o vigente cenário, identifica-se que a escola desenvolve diversas ações em prol da disseminação do conhecimento, bem como da formação humana, incentivando a construção de valores, o desenvolvimento da cidadania e da criticidade. No entanto, percebemos que ainda há muito por fazer, uma vez que tais ações muitas vezes ocorrem de forma isolada, sem a participação

de todos/as os/as interessados/as no processo de ensino-aprendizagem e de seus obstáculos como, por exemplo, a violência escolar.

Dessa forma, o percurso investigativo, o produto aqui descrito, encontram-se no campo do apoio para a semeadura de práticas educativas mais inclusivas, acolhedoras e promotoras de direitos no ambiente escolar, pois a escola tem a potencialidade de ser capaz de gerar o saber crítico, para entender as desafiantes complexidades que a ela se apresenta seja oriunda da família, da sociedade ou de si mesma.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Escolas e violência**. Brasília: UNESCO; Universidade Católica de Brasília, Observatório de Violências nas Escolas, 2003.

_____, M.; RUA, M. das G. **Violências nas Escolas**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.
<www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=90&article=28&mode=pdf>
. Acesso em: 29 set. 2016.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIA. **Proposta tipifica crime de Bullying e fixa pena de 4 anos**. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIA. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/202174-PROPOSTA-TIPIFICA-CRIME-DE-BULLYING-E-FIXA-PENA-DE-ATE-QUATRO-ANOS.html>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BIANCHI, Leila. **Os sítios urbanos como atração turística: o caso de Porto Seguro**. In: Caderno Virtual de Turismo, 2005, n. 1. Disponível em:

BOUDON, Raymond- **Tratado de Sociologia**. Tradução Tereza Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2 ed.

_____, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Debate; Violência, mediação e convivência na**

escola. Brasília, DF, 2005.

CAHALIL, Y. S. Constituição (Org.). Código do Processo Civil. 5.ed. São Paulo: RT, 2003.

_____, Y. S. Constituição (Org.). **Código do Processo Civil.** 5.ed. São Paulo: RT, 2003.

CAMACHO, L. M. Y. **As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, p.123-140, jan./jun. 2000.

CAMARGO, Orson. "**Pensadores clássicos da Sociologia**"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/pensadores-classicos-sociologia.htm>>. Acesso em 17 set. 2016.

CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão.** In: Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez 2002, p. 432-443.

_____, B. **Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria.** Tradução de Bruno Agne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHRISPINO, A.; DUSI, M. L. H. MASOTTI. **Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz.** Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p.597-624, out./dez. 2006.

COSTA, Antônio Carlos G. **Resiliência e Pedagogia da presença.** São Paulo: Modus Faciend, 1995.

DEBARBIEUX, E. **Violência nas Escolas: dez abordagens europeias.** Brasília, UNESCO, 2002.

DUBET, François. **A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização.** Revista Contemporaneidade e Educação, ano 3, v. 3, p. 27-33, 1998.

_____, François. **A Sociologia da Experiência.** Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

_____, François. **Sobre a Violência e os Jovens**. Cadernos de Ciência Humanas – Especiaria. vol. 9, n. 15, jan./jun. 2006.

EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA (BAHIATURSA). **BAHIATURSA 30 anos: 1968 - 1998**. Salvador, Bahia: SCT, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1997.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **A escola, as drogas e a violência: experiência e representação**. Ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2016.

_____, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

GATTI, Bernardete Angelina. **A Pesquisa em Educação: pontuando algumas questões metodológicas**. Nas Redes da Educação – Revista Eletrônica, Campinas, 2 ed., p. 1-9, out. 2003. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/gatti1.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____, Bernardete Angelina. **Estudos quantitativos em educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

IBGE. **Contagem Populacional**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292530&search=bahia|porto-seguro>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Sítio Histórico do Descobrimento: patrimônio cultural**. Porto Seguro, 2000.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

ORNELLAS, Maria de Lourdes; RADEL, Daniela Chaves. **Violência na escola: grito e silêncio**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

PERALVA, A. **Escola e Violência nas Periferias Urbanas Francesas**. v. 2, n. 2, p. 34-49. São Paulo: agos./dez. 2000. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

SCHILLING, F. **A Sociedade da Insegurança e a Violência na Escola**. São Paulo: Moderna, 2004

SOARES, Antônio Mateus. **Porto Seguro – Bahia – turismo predatório e (in) sustentabilidade social**. GeoGraphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de junio de 2016, vol. 7, n 87 (21), 25 p. [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA2016.7.87(21)].

SPOSITO, M. **Iniciativas Públicas de Redução da Violência Escolar no Brasil**. Caderno de Pesquisa, SP, n. 115, p. 101-138, mar. 2002.

UNESCO. **Lidando com a violência nas escolas: o papel da UNESCO/Brasil**. Brasília, UNESCO, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: Os jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO 8º ANO
TURMA_____ /TURNO_____

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa de Mestrado em Gestão da Educação pelo programa GESTEC - UNEB, onde o Mestrando Elano Santos Silva tem como objetivo perceber as possíveis causas da violência escolar, por meio dos atores que circunscrevem tal espaço, bem como as notadas ações para redução dessa realidade. Os resultados obtidos serão divulgados para a comunidade científica; não precisa se identificar. Caso aceite participar, basta responder o questionário abaixo.

Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração em responder este questionário.

*Obrigado!

- Perfil

1 – SEXO

1. Masculino
 2. Feminino

2 – QUAL A SUA IDADE? _____

3 – COMO VOCÊ SENTE A SITUAÇÃO DE SUA FAMÍLIA?

1. Excelente.
 2. Boa.
 3. Regular.
 4. Ruim.
 5. Péssima.

4- COM QUEM VOCE MORA?

1. Pai e mãe.
 2. Mãe.
 3. Pai.
 4. Avós.
 5. Parentes.
 5. Sozinho.

5 – HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ ESTUDA NESTA ESCOLA?

6 – VOCÊ GOSTA DE ESTUDAR NESTA ESCOLA?

1. Gosto muito.
 2. Gosto.
 3. Nem gosto nem desgosto.
 4. Não gosto.
 5. Detesto.

7– EM SUA OPINIÃO O QUE A ESCOLA OFERECE DE MELHOR?

(Pode marcar mais de um item)

1. Aulas.
 2. Atividades extraclases (que acontecem fora do horário normal das suas aulas).
 3. Vínculos de amizade e convivência.
 4. Os professores.
 5. A estrutura física (salas de aulas e dependências).
 6. A merenda.
 7. Atividades de lazer, esporte, cultura e cidadania.
 8. Disciplina e comportamento do alunado.
 9. A vizinhança.
 10. O ensino e a aprendizagem.

8 – EM SUA OPINIÃO O QUE COLABORA PARA EXISTIR VIOLÊNCIA NA ESCOLA? **(Pode marcar mais de um item)**

1. Má qualidade das aulas.
 2. Ausência de atividades extraclasse (que acontecem fora do horário normal das suas aulas).
 3. Determinados vínculos de amizade e convivências.
 4. Certas posturas do professor(a).
 5. A precariedade da estrutura física (salas de aulas e dependências).
 6. A merenda de péssima qualidade/ausência.
 7. Faltam atividades de lazer, esporte, cultura e cidadania.
 8. A indisciplina e comportamento do alunado.
 9. A vizinhança.
 10. Repetência.
 11. Evasão.
 12. Dificuldades de ensino aprendizagem.
 13. Outros_____.

9– O QUE VOCÊ CONSIDERA VIOLÊNCIA NA ESCOLA? (Pode marcar mais de um item)

- 1. Xingamentos e brigas.
- 2. Ameaças.
- 3. Debochar/zoar/colocar apelidos/resenhar/mangar.
- 4. Agressões físicas.
- 5. Furtos e roubos.
- 6. Pixar a escola.
- 7. Quebrar objetos da escola.
- 8. Uso de drogas.
- 9. Tráfico de drogas.
- 10. Porte de arma.
- 11. Uso de imagens sobre pessoas nas redes sociais para zoar ou falar mal.
- 12. Postagem de textos e imagens sobre pessoas nas redes sociais para ameaçar.
- 13. Desrespeito às ordens do professor.
- 14. Quebra de regras da escola.

10 – DE QUE FORMA A VIOLÊNCIA SE MANIFESTA NA ESCOLA? (Pode marcar mais de um item)

- 1. Xingamentos e brigas.
- 2. Ameaças.
- 3. Debochar/zoar/colocar apelidos/resenhar/mangar.
- 4. Agressões físicas.
- 5. Furtos e roubos.
- 6. Pixar a escola.
- 7. Quebrar objetos da escola.
- 8. Uso de drogas.
- 9. Tráfico de drogas.
- 10. Porte de arma.

11 – QUAIS DESSAS SITUAÇÕES VOCÊ JÁ PRESENCIOU NA SUA ESCOLA? (Pode marcar mais de um item)

- 1. Xingamentos e brigas.
 - 2. Ameaças.
 - 3. Debochar/zoar/colocar apelidos/resenhar/mangar.
 - 4. Agressões físicas.
 - 5. Furtos e roubos.
 - 6. Pixar a escola.
 - 7. Quebrar objetos da escola.
 - 8. Uso de drogas.
 - 9. Tráfico de drogas.
 - 10. Porte de arma (faca e arma de fogo).
 - 11. Uso de imagens sobre pessoas nas redes sociais para zoar ou falar mal.
 - 12. Postagem de textos e imagens sobre pessoas nas redes sociais para ameaçar.
 - 13. Desrespeito às ordens do professor.
 - 14. Quebra de regras da escola.
 - 15.
- Outras _____.

12 – NOS ÚLTIMOS 12 MESES, VOCÊ FOI VÍTIMA DE AGRESSÕES VERBAIS NA ESCOLA? sim () não () quantas vezes? _____.

13 – NOS ÚLTIMOS 12 MESES, VOCÊ FOI VÍTIMA DE FOFOCAS NA ESCOLA? sim () não () quantas vezes? _____.

14 – NOS ÚLTIMOS 12 MESES, VOCÊ PRESENCIOU, OU SOUBE, NESTA ESCOLA DE OCORRÊNCIA DE AGRESSÕES FÍSICAS? sim () não () quantas vezes? _____.

15 – NOS ÚLTIMOS 12 MESES, VOCÊ FOI VÍTIMA DE AGRESSÕES FÍSICAS NA ESCOLA? sim () não () quantas vezes? _____.

16 – NOS ÚLTIMOS 12 MESES, VOCÊ PRESENCIOU, OU SOUBE, NA ESCOLA DE ALGUM CASO DE FURTO (OBJETOS SUBTRAÍDOS E NINGUEM VIU QUEM FOI) OU SEM SUSPEITOS? sim () não () quantas vezes? _____.

17 – NOS ÚLTIMOS 12 MESES, VOCÊ FOI VÍTIMA DE FURTO NA ESCOLA? sim () não () quantas vezes? _____.

18 – NOS ÚLTIMOS 12 MESES, VOCÊ PRESENCIOU, OU SOUBE, NA ESCOLA DE ALGUM CASO DE ROUBO (USO DE VIOLÊNCIA, PARA OBTENÇÃO DE UM OBJETO)? sim () não () quantas vezes? _____.

19 – NOS ÚLTIMOS 12 MESES, VOCÊ JÁ TESTEMUNHOU, OU ALGUÉM LHE CONTOU, SOBRE ALUNOS QUE FREQUENTARAM AS AULAS PORTANDO ARMA BRANCA (COMO FACA, CANIVETE, ETC.) NESTA ESCOLA? sim () não () quantas vezes? _____.

20 – NOS ÚLTIMOS 12 MESES, VOCÊ JÁ TESTEMUNHOU, OU ALGUÉM LHE CONTOU, SOBRE ALUNOS QUE FREQUENTARAM AS AULAS PORTANDO ARMA DE FOGO NESTA ESCOLA?
sim () não () quantas vezes? _____.

21 – COM QUAL FREQUÊNCIA VOCÊ PRESENCIA ESTES EPISÓDIOS NA ESCOLA? MARQUE UM X.

TIPOS	1. Diariamente	2. Semanalmente	3. Mensalmente	4. Raramente	5. Nunca
1. Xingamentos e brigas.					
2. Ameaças.					
3. Agressões físicas.					
4. Furtos e roubos.					
5. Pixar a escola.					
6. Indisciplina.					
7. Agressão verbal.					
8. Discriminação (social e sexual).					
6. Quebrar objetos da escola.					
7. Uso de drogas.					
8. Tráfico de drogas.					
9. Forçar uma relação sexual, abuso sexual.					
10. Violentar mutilar, tentativa de homicídio (por arma branca ou de fogo).					
11. Mortes.					

22 – SOBRE DROGAS VOCÊ PODERIA RESPONDER SE JÁ VIU ACONTECER?

CONSUMO DENTRO DA ESCOLA?	48.2. LUGAR?	48.3. QUAL SUBSTÂNCIA?
<input type="checkbox"/> 1. Sim, fiquei sabendo e sei o lugar.	<input type="checkbox"/> a. Banheiro.	<input type="checkbox"/> a. Alcool.
<input type="checkbox"/> 2. Sim, fiquei sabendo e não sei o lugar.	<input type="checkbox"/> b. Pátio.	<input type="checkbox"/> b. Sedativo (calmante).
<input type="checkbox"/> 3. Sim, fiquei sabendo, mas não quero indicar o lugar.	<input type="checkbox"/> c. Sala de aula.	<input type="checkbox"/> c. Remédio controlado.
<input type="checkbox"/> 4. Não fiquei sabendo.	<input type="checkbox"/> d. Refeitório.	<input type="checkbox"/> d. Heroína.
	<input type="checkbox"/> e. Biblioteca.	<input type="checkbox"/> e. Cola (de sapateiro).
	<input type="checkbox"/> f. Corredor.	<input type="checkbox"/> f. Cocaína.
	<input type="checkbox"/> g. Quadra de esportes.	<input type="checkbox"/> g. Crack.
	<input type="checkbox"/> Portaria.	<input type="checkbox"/> h. Remédio para emagrecer.
	<input type="checkbox"/> Outros _____.	<input type="checkbox"/> i. Maconha.
		<input type="checkbox"/> j. LSD.
		<input type="checkbox"/> l. Ecstasy.
		<input type="checkbox"/> m. Tabaco.
		<input type="checkbox"/> n. Cafeína.
		<input type="checkbox"/> o. Anabolizante.

23 – VOCÊ JÁ PRATICOU?	SIM	NÃO	CONTRA QUEM ? (PODE MARCAR MAIS DE UM ITEM)
Bullying, ridicularizar/ofender, piadas ofensivas, chantagear, humilhar em público.			<input type="checkbox"/> 1. Alunos <input type="checkbox"/> 2. Professores <input type="checkbox"/> 3. Funcionários <input type="checkbox"/> 4. Diretor(es) <input type="checkbox"/> 5. Pessoas estranhas à escola <input type="checkbox"/> 6. Pais
Desqualificar intimidar/ameaçar, controlar/proibir.			<input type="checkbox"/> 1. Alunos <input type="checkbox"/> 2. Professores <input type="checkbox"/> 3. Funcionários <input type="checkbox"/> 4. Diretor(es) <input type="checkbox"/> 5. Pessoas estranhas à escola <input type="checkbox"/> 6. Pais
Destruir bens pessoais ou patrimônio da escola.			<input type="checkbox"/> 1. Alunos <input type="checkbox"/> 2. Professores <input type="checkbox"/> 3. Funcionários <input type="checkbox"/> 4. Diretor(es) <input type="checkbox"/> 5. Pessoas estranhas à escola <input type="checkbox"/> 6. Pais
Agressão física; machucar, brigas, tapas, chutes.			<input type="checkbox"/> 1. Alunos <input type="checkbox"/> 2. Professores <input type="checkbox"/> 3. Funcionários <input type="checkbox"/> 4. Diretor(es) <input type="checkbox"/> 5. Pessoas estranhas à escola <input type="checkbox"/> 6. Pais
Ameaçar com objetos ou armas ameaçar de morte.			<input type="checkbox"/> 1. Alunos <input type="checkbox"/> 2. Professores <input type="checkbox"/> 3. Funcionários <input type="checkbox"/> 4. Diretor(es) <input type="checkbox"/> 5. Pessoas estranhas à escola <input type="checkbox"/> 6. Pais
Forçar uma relação sexual, abuso sexual.			<input type="checkbox"/> 1. Alunos <input type="checkbox"/> 2. Professores <input type="checkbox"/> 3. Funcionários <input type="checkbox"/> 4. Diretor(es) <input type="checkbox"/> 5. Pessoas estranhas à escola <input type="checkbox"/> 6. Pais
Violentar com uso de arma (branca ou de fogo), mutilar, tentativa de homicídio.			<input type="checkbox"/> 1. Alunos <input type="checkbox"/> 2. Professores <input type="checkbox"/> 3. Funcionários <input type="checkbox"/> 4. Diretor(es) <input type="checkbox"/> 5. Pessoas estranhas à escola <input type="checkbox"/> 6. Pais
Matar.			<input type="checkbox"/> 1. Alunos <input type="checkbox"/> 2. Professores <input type="checkbox"/> 3. Funcionários <input type="checkbox"/> 4. Diretor(es) <input type="checkbox"/> 5. Pessoas estranhas à escola <input type="checkbox"/> 6. Pais

24 – VOCÊ JÁ VIU ACONTECER NA ESCOLA?	SIM	NÃO	Contra quem ? (pode marcar mais de um item)
Bullying, ridicularizar/ofender, piadas ofensivas, chantagear, humilhar em público.			() 1. Alunos () 2. Professores () 3. Funcionários () 4. Diretor (es) () 5. Pessoas estranhas à escola () 6. Pais
Desqualificar intimidar/ameaçar, controlar/proibir.			() 1. Alunos () 2. Professores () 3. Funcionários () 4. Diretor (es) () 5. Pessoas estranhas à escola () 6. Pais
Destruir bens pessoais ou patrimônio da escola.			() 1. Alunos () 2. Professores () 3. Funcionários () 4. Diretor (es) () 5. Pessoas estranhas à escola () 6. Pais
Agressão física; machucar, brigas, tapas, chutes.			() 1. Alunos () 2. Professores () 3. Funcionários () 4. Diretor (es) () 5. Pessoas estranhas à escola () 6. Pais
Ameaçar com objetos ou armas ameaçar de morte.			() 1. Alunos () 2. Professores () 3. Funcionários () 4. Diretor (es) () 5. Pessoas estranhas à escola () 6. Pais
Forçar uma relação sexual, abuso sexual.			() 1. Alunos () 2. Professores () 3. Funcionários () 4. Diretor (es) () 5. Pessoas estranhas à escola () 6. Pais
Violentar com uso de arma (branca ou de fogo), mutilar, tentativa de homicídio.			() 1. Alunos () 2. Professores () 3. Funcionários () 4. Diretor (es) () 5. Pessoas estranhas à escola () 6. Pais
Matar.			() 1. Alunos () 2. Professores () 3. Funcionários () 4. Diretor (es) () 5. Pessoas estranhas à escola () 6. Pais

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM ALUNOS EM GRUPO FOCAL

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de Mestrado em Gestão da Educação pelo programa GESTEC - UNEB, onde o Mestrando Elano Santos Silva tem como objetivo perceber as possíveis causas da violência escolar por meio dos atores que circunscrevem tal espaço, bem como as notadas ações para redução dessa realidade. Os resultados obtidos serão divulgados para a comunidade científica, no entanto, sua identidade ficará em sigilo e sob a responsabilidade dos responsáveis técnicos da pesquisa. Caso aceite neste momento participar, seu consentimento poderá ser retirado em qualquer fase, sem qualquer constrangimento. Ao iniciarmos a entrevista, sua execução poderá ser interrompida encerrada ou descartada conforme sua decisão, lhe sendo facultado responder ou não aos questionamentos.

Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração em participar desta entrevista.

ROTEIRO:

- 1 – O que a escola tem de melhor?
- 2 – O que a escola tem de pior?
- 3 – O que é violência para vocês?
- 4 – Na escola, vocês observam casos de violência?
- 5 – Quem são as pessoas que praticam mais violência?
- 6 – Quem são as pessoas que sofrem mais violência?
- 8 – Você já foi agredido nas redes sociais?
- 9 – Quais são os locais onde tem violência dentro da escola?
- 10 – Fora da escola, no entorno, tem violência?
- 11 – Existe alguma relação entre drogas e violência em sua escola?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM DOCENTES EM GRUPO FOCAL

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de Mestrado em Gestão da Educação pelo programa GESTEC - UNEB, onde o Mestrando Elano Santos Silva tem como objetivo perceber as possíveis causas da violência escolar por meio dos atores que circunscrevem tal espaço, bem como as notadas ações para redução dessa realidade. Os resultados obtidos serão divulgados para a comunidade científica, no entanto, sua identidade ficará em sigilo e sob a responsabilidade dos responsáveis técnicos da pesquisa. Caso aceite neste momento participar, seu consentimento poderá ser retirado em qualquer fase, sem qualquer constrangimento. Ao iniciarmos a entrevista, sua execução poderá ser interrompida encerrada ou descartada conforme sua decisão, lhe sendo facultado responder ou não aos questionamentos.

Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração em participar desta entrevista.

Questionário:

- 1 – Há quantos anos vocês são professores?
- 2 – O que vocês mais gostam da profissão?
- 3 – O que é ruim?
- 4 – O que mudou para melhor e para pior desde que vocês começaram a trabalhar no magistério?
- 5 – A escola é hoje mais ou menos violenta?
- 6 – Por quê?
- 7 – Os alunos são mais violentos?
- 8 – Quem é mais atingido pela violência na escola?
- 9 – As drogas são um problema para a escola?
- 10 – O que a escola pode fazer para melhorar o quadro existente?
- 11 – Vocês se acham capacitados para discutir a questão das drogas com os alunos?
- 12 – A escola discute a questão da violência e das drogas com os alunos e com os professores?

APÊNDICE D – I ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE INSTITUCIONAL

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de Mestrado em Gestão da Educação pelo programa GESTEC - UNEB, onde o Mestrando Elano Santos Silva tem como objetivo perceber as possíveis causas da violência escolar por meio dos atores que circunscrevem tal espaço, bem como as notadas ações para redução dessa realidade. Os resultados obtidos serão divulgados para a comunidade científica. Caso aceite participar, basta darmos início à entrevista, durante sua execução poderá ser interrompida, encerrada ou descartada conforme sua decisão.

Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração em participar desta entrevista.

Instituição: Conselho Tutelar II

Questionário:

- 1 – Há muitos casos de violência escolar que o Conselho Tutelar acompanha?
- 2 – O município tem alguma proposta de prevenção e enfrentamento contra a violência escolar?
- 3 – Qual o papel do Conselho Tutelar diante desses casos de violência escolar?

APÊNDICE E – II ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM REPRESENTANTE INSTITUCIONAL

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de Mestrado em Gestão da Educação pelo programa GESTEC - UNEB, onde o Mestrando Elano Santos Silva tem como objetivo perceber as possíveis causas da violência escolar por meio dos atores que circunscrevem tal espaço, bem como as notadas ações para redução dessa realidade. Os resultados obtidos serão divulgados para a comunidade científica. Caso aceite participar, basta darmos início à entrevista, durante sua execução poderá ser interrompida, encerrada ou descartada conforme sua decisão.

Agradecemos, antecipadamente, sua colaboração em participar desta entrevista.

Instituição: Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro-BA.

Questionário:

- 1 – Quais são as consequências da violência escolar?
- 2 – O que a escola está fazendo para evitar a violência no momento?
- 3 – Quais os fatores que geralmente conduzem as atitudes ou reações violentas na escola?